

COLEÇÃO SOCIOLOGIA

Coordenador: Brasília Sallum Jr. – Universidade de São Paulo

Comissão editorial:

Gabriel Cohn – Universidade de São Paulo

Irllys Barreira – Universidade Federal do Ceará

José Ricardo Ramalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas

Otávio Dulci – Universidade Federal de Minas Gerais



- *A educação moral*  
Émile Durkheim
- *A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos*  
VV.AA.
- *Sociologia ambiental*  
John Hanningan
- *O poder em movimento – Movimentos sociais e confronto político*  
Sidney Tarrow
- *Quatro tradições sociológicas*  
Randall Collins
- *Introdução à Teoria dos Sistemas*  
Niklas Luhmann
- *Sociologia clássica – Marx, Durkheim, Weber*  
Carlos Eduardo Sell
- *O senso prático*  
Pierre Bourdieu
- *Comportamento em lugares públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*  
Erving Goffman

- *A estrutura da ação social – Vols. I e II*  
Talcott Parsons
- *Ritual de interação – Ensaio sobre o comportamento face a face*  
Erving Goffman
- *A negociação da intimidade*  
Viviana A. Zelizer
- *Sobre fenomenologia e relações sociais*  
Alfred Schutz
- *Os quadros da experiência social – Uma perspectiva de análise*  
Erving Goffman
- *Democracia*  
Charles Tilly
- *A representação do Eu na vida cotidiana*  
Erving Goffman
- *Sociologia da comunicação – Teoria e ideologia*  
Gabriel Cohn
- *A pesquisa sociológica*  
Serge Paugam (coord.)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A pesquisa qualitativa : enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia)  
Título original: La recherche qualitative  
Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-326-3681-2  
1. Ciências sociais – Pesquisa – Metodologia  
2. Pesquisa qualitativa I. Série.

08-03166

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa qualitativa : Metodologia :  
Ciências sociais 300.72

## A pesquisa qualitativa

Enfoques epistemológicos e metodológicos

Jean Poupart  
Jean-Pierre Deslauriers  
Lionel-H. Groulx  
Anne Laperrière  
Robert Mayer  
Álvaro Pires

Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser

 EDITORA  
VOZES  
Petrópolis

## Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais\*

Álvaro P. Pires

As ciências da natureza e as ciências sociais atravessam um período de transição importante, no qual a concepção clássica de ciência, dominante há vários séculos, é posta em questão, e origina esforços renovados de reconstrução e “desdogmatização” (SANTOS, 1989: 17-32). As revisões críticas ocorrem em várias áreas e podem se estender em diferentes direções. É, portanto, muito difícil tratar de metodologia, levando em conta todos esses debates.

Por exemplo, no plano epistemológico, alguns filósofos reconhecidos contestam o interesse mesmo de atribuir à ciência o objetivo de descobrir a verdade sobre o mundo empírico. Segundo um certo ponto de vista, dever-se-ia até abandonar esse debate que visa determinar se nossa maneira de pensar “entra, ou não, em contato” com a realidade objetiva. Em outras palavras, argumenta-se que a ciência não deveria buscar confrontar o mundo com o conhecimento que temos dele; mas ela deveria, isto sim, perguntar se a imagem que temos dele é útil para resistir ao meio, porém de uma maneira que nos faça ganhar também no sentido intersubjetivo, em criatividade, solidariedade e capacidade de escuta em relação a *todos aqueles e aquelas* que sofrem. Defende-se que o “desejo de objetividade” deve ceder seu lugar ao “desejo de solidariedade”<sup>1</sup>.

No momento do nascimento das ciências sociais, no século XIX, uma das grandes preocupações era neutralizar o máximo possível os interesses políticos e éticos do analista, de modo a atingir mais facilmente a realidade objetiva ou a verdade.

---

\* Agradeço imensamente a Fernando Acosta, Jocelyne Dorion, Gilles Houle, Colette Parent e Jean Poupart, pelos comentários críticos a este texto. O presente estudo faz parte de um projeto de equipe subvencionado pelo Conselho Quebequense da Pesquisa Social (CQRS).

1. As expressões são de Rorty (1994: 35), que é um dos grandes filósofos americanos que defende essa tese, que ele denomina “antirrepresentacionista”. É assim que ele designa a interpretação que, em lugar de ver no conhecimento (produzido pelas ciências da natureza) “a busca de uma visão exata do real, vê nele mais a aquisição de hábitos de ação permitindo enfrentar a realidade” (1994: 7). Chamo atenção, aqui, para o fato de que essa concepção se articula explicitamente com uma ética social.

Retomava-se, assim, um objetivo estabelecido nas ciências da natureza. Atualmente, essas mesmas ciências parecem nos dizer que o mais importante não é envolver-se com um conhecimento neutro da realidade objetiva, mas, ao contrário, produzir um conhecimento, certamente útil, mas explicitamente orientado por um projeto ético visando à solidariedade, à harmonia e à criatividade. O “viés” era um problema; agora, sob a condição de ser eticamente bem orientado, ele é o que conta para a ciência.

Um outro exemplo: de um ponto de vista metodológico, contesta-se a razão de ser da metodologia nas ciências da natureza. Em uma obra bastante provocadora, Feyerabend (1975: 332) argumentou que “a ideia de que a ciência pode e deve ser organizada segundo regras fixas e universais é, ao mesmo tempo, utópica e perniciosa”. Ela é perniciosa, principalmente porque essa tentativa de impor regras se faz às custas de nossa humanidade, e ela “torna nossa ciência menos facilmente adaptável e mais dogmática” (1975: 332). Enfim, diz ele, “todas as metodologias têm seus limites, e a única ‘regra’ que permanece é: ‘Tudo é bom’” (1975: 333).

Vê-se bem o que essa reviravolta produz de interessante e de problemático. Se é também claro que é preciso desdogmatizar a metodologia e estimular a criatividade, é pouco provável que a tese do “tudo é bom”, tomada literalmente, seja fecunda para a prática da pesquisa. Não há dúvida de que se semelhante tese fosse confirmada, ela daria um golpe mortal em toda obra ou curso sobre metodologia. Porém, mais fundamentalmente, a questão reside em saber se um relativismo epistêmico radical constitui um objetivo desejável, ou se, ao contrário, é preciso buscar uma nova forma de “normatividade epistemológica” geral, capaz de considerar, simultaneamente, as virtudes do relativismo e a heterogeneidade e complexidade do mundo social (HOULE & RAMOGNINO, 1993: 6). Tomando-se a distinção de Houle e Ramognino, pode-se dizer que, para fugir às regras de construção técnica dos dados e, ainda assim, construir satisfatoriamente o objeto de uma pesquisa, é preciso, usualmente, ter feito antes a experiência. A liberdade criadora quanto às regras de método não se obtém por via anárquica: ela se domestica na própria prática da pesquisa.

De igual modo, parece evidente ser preciso repensar o lugar *positivo* da ética, e, mesmo, do viés, na *própria produção* do conhecimento científico, e também que o simples desejo de objetividade é amplamente problemático, sobretudo quando esta busca de objetividade é concebida como devendo ser “neutra em relação aos valores” (*value freedom*). Em contrapartida, é menos claro que as ciências sociais – tendo em conta o tipo de descobertas que ela faz – possam se privar completamente de uma busca da verdade no mundo empírico. Efetivamente, no curso de sua história, elas constataram por si mesmas que a questão do viés, da solidariedade, ou do humanismo, é bastante complexa. Hoje, dispomos de uma infinidade de exemplos em que a tomada de posição explícita contribuiu para uma maior objeti-

vidade nas ciências sociais. Certamente, continuamos fazendo a experiência de prenoções que prejudicam não somente a objetividade, mas também uma maior solidariedade. No que se refere ao desejo de solidariedade e de humanismo, a questão se coloca tristemente da mesma maneira (FOUCAULT, 1984). Pode-se evocar o humanismo e a solidariedade (do grupo), tanto para reivindicar transformações mais interessantes para todo mundo, quanto para justificar a guerra, a pena de morte ou medidas repressivas em relação a um outro diminuído. As próprias instituições sociais querem sempre nos fazer crer que elas funcionam de maneira razoável e que não se pode prescindir delas, em sua forma atual. Sob este ponto de vista, substituir simplesmente o “desejo de objetividade” pelo “desejo de solidariedade”, em termos do conhecimento científico nas *ciências sociais*, não é tranquilizador. Se as ciências sociais não podem se abster de uma reflexão ética, também não podem relegar a busca da verdade ou do que acontece realmente (BOUDON, 1986).

Enfim, nesse período de transição, em que estamos repensando nossas posições e nossa linguagem conceitual, dois outros problemas emergem. O primeiro concerne à dificuldade de comunicação inerente à redefinição de alguns conceitos, cuja aceitação ainda é bastante difundida, porém julgada inapropriada. O segundo se refere ao perigo de incoerência, já que é virtualmente impossível modificar de uma só vez nossa maneira de pensar a metodologia. Nessas condições, deve-se correr o risco de expor ideias que tendem, ainda, a uma maior coerência. Uma obra coletiva acentua tais dificuldades, devido à variedade das posições e das áreas de *expertise*, e também da trajetória de cada membro da equipe. Como dizia Walt Whitman frente ao perigo das contradições: “Eu me contradigo? Pois bem, eu me contradigo!” (apud ECO, 1985: 13). Este gracejo pode, aqui, servir de advertência: o leitor deve esperar encontrar contradições. Elas são novos problemas a resolver.

Meu objetivo, neste artigo, é duplo. De um lado, pretendo expor algumas questões e debates metodológicos contemporâneos nas ciências sociais, com a finalidade de contribuir para o seu esclarecimento. Os pontos escolhidos tangenciam os critérios de cientificidade, as noções de objetividade e de objeto construído, como também as relações entre a ciência, o senso comum, a ética e a ação. A pesquisa qualitativa foi envolvida plenamente em todos esses debates. A elucidação de certos aspectos desses debates também me permitirá pontuar devidamente a maneira pela qual ainda hoje é caracterizada a pesquisa qualitativa. De outro lado, eu pertenço ao grupo daqueles e daquelas que acreditam que é possível e necessário ter ou construir uma concepção *geral* da metodologia, nas ciências sociais, a qual não seja nem dogmática, nem reducionista (em benefício do quantitativo ou do qualitativo), e tampouco inteiramente relativista. Também penso, como Houle e Ramognino (1993: 5-6), que, ao menos no plano epistemológico e metodológico, é possível abordar e buscar uma certa “normatividade”, um certo “acúmulo de conhecimentos”, assim como empreender uma revalorização de certos aspectos do senso comum, ou seja, criar um novo espaço para o pensamento teórico-empírico.

Para melhor situar essas questões, cabe lembrar, brevemente, alguns grandes traços do desenvolvimento epistemológico e institucional<sup>2</sup> das ciências sociais.

### O desenvolvimento das ciências sociais

As ciências sociais são um produto do mundo moderno e seu desenvolvimento se insere no contexto de um processo evolutivo de especialização e de autonomização do saber ocidental. Assim, “suas raízes se embrenham na tentativa, plenamente asseverada desde o século XVI [...], de desenvolver um conhecimento secular sistemático do real, válido empiricamente, de qualquer maneira” (COM. GULB., 1996: 8). Esse projeto ganhou o nome de *sciencia* (do latim, “saber”) [p. 8] e começou a se constituir como tal a partir do século XVI, introduzindo uma primeira distinção entre o campo da “ciência” e o dos outros saberes. Parece que as ciências sociais emergem lentamente, portanto, sob a forma de uma economia política. É verdade que, no início, a ciência foi assimilada às ciências naturais e o campo dos outros saberes permanece vago, se bem que não se chegue mesmo a concordar sobre o seu nome, designando-o, então, por “filosofia”, “artes”, “humanidades”, “letras”, “belas letras”, etc. (p. 12). C.P. Snow chamará, mais tarde, esses dois sistemas de pensamento de “as duas culturas” (p. 8-9).

Notemos, de início, que essa primeira distinção separava a ciência da não ciência, apontando o conhecimento científico como um sistema independente. Nesse sentido, pretendia-se “desenvolver um conhecimento ‘objetivo’ da ‘realidade’ com base em descobertas empíricas (por oposição às ‘especulações’)” (COM. GULB., 1996: 19), e contrariamente a todo conhecimento dito *a priori*, ou às *pré-noções* em sentido amplo. Em seguida, é preciso atentar para o fato de que essa distinção não tinha, no início, uma conotação pejorativa, nem hierárquica. Tratava-se de dois campos aliados, separados, porém iguais (p. 11). Por fim, lembremos que as ciências da natureza deram o tom a essa primeira distinção, em virtude das primeiras imagens que elas forjaram de si mesmas e do mundo. O sucesso dessa empreitada valerá para as ciências naturais – tal como elas eram percebidas nesse momento – o título de modelo ideal da ciência.

As ciências sociais nascerão no rastro de uma segunda distinção. Elas aparecem de modo mais hesitante, sobretudo no interior desse domínio que se denominou de “filosofia” ou “letras”. Tudo se passa como se tentassem criar um novo espaço entre “ciências (naturais)” e “filosofia”, ou, ainda, como uma tentativa de *nomear* e de *impulsionar* explicitamente as ciências sociais no interior do campo da ciência. Esse novo saber social procura, por sua vez, distinguir-se dos saberes filo-

2. Para um excelente resumo sobre essa questão, cf. o relatório da Comissão Gulbenkian (1996), aqui designado, mais adiante, sob a forma abreviada de “com. Gulb.”. Retomo livremente as ideias desse relatório nas observações que seguem.

sófico e religioso. O século XVIII constitui, nesse sentido, um período de transição relativamente importante, em que se assiste, indubitavelmente, à emergência de um saber social associado a uma exigência metodológica; neste caso a de que as informações dadas previamente sejam passíveis de serem verificadas, refutadas ou discutidas em relação ao mundo empírico, e isto mesmo se a realização efetiva de pesquisas empíricas ainda não se concretizou completamente. Ao final desse processo, as ciências sociais emergem, no século XIX, mas seu reconhecimento é ambíguo. Não se sabe dizer exatamente se elas pertencem ao mundo das ciências naturais, ou se elas devem ser vistas como uma espécie de “terceira cultura”, situada entre as ciências (da natureza) e a literatura, conforme a expressão ulterior de Wolf Lepenies (COM. GULB., 1996: 19). Seja como for, a demarcação entre as ciências sociais e a literatura se opera pela adoção de um projeto semelhante ao das ciências: “desenvolver um conhecimento secular sistemático do real, válido empiricamente, de qualquer maneira” (p. 8, 94-95). Para retomar as propostas da Comissão Gulbenkian (p. 17), pode-se dizer que as ciências (naturais ou sociais) se afirmaram “como a descoberta da realidade objetiva”, pelo recurso a métodos que auxiliaram o pesquisador a *sair parcialmente de seu próprio espírito*. O pesquisador das ciências sociais devia poder se distinguir dos pensadores, dando conta de suas reflexões. Nessa representação do saber, a filosofia foi rebaixada a uma posição, de certa forma, parasitária em relação à ciência, e “os filósofos se transformaram, segundo uma fórmula célebre, em ‘especialistas das generalidades’” (p. 17).

Nesse processo global, a história acompanhou as ciências sociais, introduzindo, por sua vez, uma distinção entre a “história” enquanto *geschichte* – o que realmente aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*) – e as hagiografias, ficções, histórias exageradas, etc. (COM. GULB., 1996: 15). Assim, conforme aponta o relatório da Comissão Gulbenkian: “[...] o historiador, como o cientista, não era reputado a buscar seus dados nos textos anteriores (a biblioteca, lugar de leitura), ou em suas próprias trajetórias intelectuais (o estudo, lugar de reflexão), mas sim, onde os dados objetivos externos podiam ser reunidos, acumulados, controlados e manipulados (o laboratório e o arquivo, lugares de pesquisa)” (p. 21).

Uma vez desmembradas as ciências sociais – no capítulo das representações e das práticas organizacionais – da filosofia e das letras, um debate interno ocorreu sobre a maneira de adquirir um conhecimento objetivo (ou verdadeiro) do mundo social. A exigência metodológica, consistindo em submeter esse saber a verificações e refutações, e também o objetivo de “*descobrir a verdade*”, “e não de inventá-la ou adivinhá-la intuitivamente” (COM. GULB., 1996: 19), levaram as ciências sociais a buscar qualquer validade empírica para os conhecimentos que elas produziam. Eis aí o grande ponto em comum com as ciências da natureza, ao qual também aderem os especialistas das ciências sociais. A ideia de que era preciso eliminar a intrusão do viés na coleta e interpretação dos dados – ao menos de um de-

terminado tipo de viés – ganhava, então, um consenso bastante amplo. Contudo, no interior das ciências sociais, a forma dessa validade empírica e os meios para aí chegar foram objeto de discussões e dissensões. Os debates tangenciaram dois planos: epistemológico e metodológico.

No plano epistemológico, a discussão recaiu sobre as *estratégias de conhecimento* que convinha adotar. Aqui, o tema central concernia à *posição, ponto de vista*, ou, ainda, *atitude* que o pesquisador deveria privilegiar para produzir um conhecimento “objetivo” ou “verdadeiro”. Inicialmente, pelo menos três grandes opções ou modelos foram defendidos, com variações internas mais ou menos marcantes: o olhar *do exterior*, o olhar *do interior* e o olhar *de baixo*. Nós retornaremos a isso.

No plano metodológico, o debate residiu na *natureza dos dados*. Duas visões principais das ciências sociais vêm se somar às estratégias epistemológicas precedentes na busca da objetividade. A primeira se baseava no modelo das ciências da natureza e insistia, entre outras coisas, no primado dos números e na *unicidade de uma forma de tratamento dos dados*, o quantitativo.

Alguns, que viam na “matematização” das ciências naturais a razão de seu sucesso, ou o caminho sonhado para atingir as verdades universais imutáveis, defenderam que *apenas* o conhecimento matemático era capaz de tornar científico o saber sobre o social. Tudo o que não se submetia a um tratamento matemático deveria ser rejeitado pelo saber científico. Três grandes objetivos foram estabelecidos aqui: um objetivo de predição, um objetivo de regulação e um objetivo de precisão concebido estritamente sob um ângulo quantitativo (COM. GULB., 1996: 56). Isso porque, no início do século XIX, antes, portanto, da constituição das disciplinas das ciências sociais na forma que elas tomaram entre 1850 e 1945, o termo “ciência” já havia adquirido uma conotação hierárquica (saber verídico, por oposição ao saber imaginado, ao senso comum, etc.) e consagrava linguisticamente a supremacia das ciências da natureza (p. 11). Como a linguagem matemática era estreitamente associada a estas últimas, sua adoção parecia ser uma condição *sine qua non* de abordagem científica.

A segunda visão atribuía maior importância aos dados qualitativos e à pesquisa histórica para reduzir a parte do viés introduzido pelo analista. Os melhores dados eram, então, definidos como sendo os “dados primários”, isto é, os dados de primeira mão, aqueles que haviam sido os menos alterados, que haviam passado pelo menor número possível de intermediários (pesquisadores ou compiladores precedentes), e mesmo os dados que não requeriam a presença do pesquisador. Nessa perspectiva, os documentos espontâneos, como as cartas e os diários íntimos, escritos sem a intervenção de um pesquisador, foram considerados, entre outros, por Thomas e Znaniecki (1918-1920: 1833), como “o gênero de material sociológico perfeito” e como uma fonte de dados que assegurava a “abordagem mais precisa”. A observação participante, principalmente quando a presença do pesquisador era pouco perceptível ou perturbadora, era também uma técnica de escolha, com o

pesquisador sendo capaz de observar a vida social em seu desenvolvimento natural, antes de qualquer pré-construção teórica do fenômeno a ser pesquisado. A entrevista formal parecia, então, menos confiável (sobretudo se ela fosse a única técnica adotada), justamente em virtude da intervenção maior do analista. Em resumo, exortam-se aqui certos dados e formas de coleta qualitativas tidos como capazes de “lavar mais branco”. O historiador também se voltará para as fontes do passado e para os documentos de época.

Em geral, a pesquisa qualitativa era considerada preferível à prática que consistia, para o pesquisador, em se confinar em seu gabinete e entregar-se a especulações e a generalizações a partir de seu próprio modelo, “visto como o fruto de seus próprios preconceitos” (COM. GULB., 1996: 95). Os documentos constituíam um dos motivos para privilegiar as “cartas”; um outro era a importância conferida à própria intencionalidade dos sujeitos. A noção metodológica de *precisão* tomava, aqui, uma outra acepção. Com efeito, Cooley (1928: 248-249) distinguia a “precisão numérica”, que não remete necessariamente à verdade em relação ao fato (*truth to fact*), da “precisão descritiva”, que podia ser obtida por um total uso hábil da linguagem, ou por outros meios, como a fotografia, etc. Essas duas formas de precisão empírica – dizia ele – são encontradas nas ciências da natureza: a primeira se expressa pela figura do naturalista que mata os pássaros para melhor estabelecer as medidas quantitativas e classificá-los; a segunda, pelo naturalista que se esconde sob a copa de uma árvore, munido de sua câmera, e observa o comportamento dos pássaros. Segundo Cooley, o importante é escolher a forma de precisão que se ajusta melhor ao que se quer observar; algumas observações serão, portanto, quantitativas (para serem precisas) e outras, qualitativas (para serem também precisas). Haveria, então, diferentes formas de *medidas* (HOULE, 1982).

É, sobretudo, no prolongamento dessas duas visões sobre a natureza dos dados, que alguns pesquisadores aí chegaram, inicialmente, a opor o qualitativo e o quantitativo, ou, para retomar a bela expressão de Houle (1982), “as letras e os números”. Ora, essa oposição me parecia mais ideológica e política (isto é, ligada às lutas institucionais para os recursos e o prestígio), do que metodológica, pois não há oposição verdadeira entre a natureza dos dados e a ambição de evidenciar a verdade e de adquirir um conhecimento sistemático do real por meio da pesquisa empírica.

#### O enigma e o paradoxo das “descobertas” nas ciências sociais

A despeito do desenvolvimento prodigioso das ciências sociais, é preciso atentar para o fato de que as *descobertas* científicas feitas neste campo são – e serão sempre – difíceis de ver e de fazer ver. O leitor, por menos familiarizado que seja com a filosofia da ciência, deu-se conta, certamente, de que essas obras estabelecem sem dificuldade o balanço das descobertas das ciências da natureza e dos progressos notáveis do conhecimento, e isto apesar de todos os questionamentos epistemológicos de que elas são objeto. Quanto às ciências sociais, elas parecem se prestar

mais ao exercício inverso: elas servem (ainda) para ilustrar as teorias impossíveis de alterar, as lacunas da conceituação ou uma utilização insuficiente das matemáticas (as únicas capazes, segundo alguns, de torná-las mais científicas). Se esta imagem não estiver muito deformada, podemos nos propor as seguintes questões: Pode-se falar de um progresso do saber nas ciências sociais? Elas fazem descobertas importantes sobre a realidade empírica? Se sim, essas descobertas são comparáveis àquelas que fazem as ciências naturais?

Granger (1993), em uma pequena obra, por outro lado muito estimulante, ilustra esse problema. Desde o início, ele relata uma série de descobertas ou de “fatos muito significativos” marcando a história da ciência em geral, mas ele experimenta uma grande dificuldade para representar convenientemente as ciências humanas em seu recenseamento. Ele conclui que esta dificuldade mostra a existência de uma assimetria entre estas últimas e as ciências ditas exatas, já que, em sua opinião, nenhum observador de boa-fé seria capaz de designar, para o período considerado (a segunda metade do século XX), “uma descoberta ou uma formulação teórica nova, concernindo os fatos humanos, que ele queira *nivelar* com aquelas que foram recenseadas nas ciências da natureza ou nas matemáticas” (p. 12). Dentre os fatos recenseados, inegavelmente importantes, encontra-se a produção de energia utilizável para fusão nuclear, a alunissagem dos cosmonautas americanos, a invenção do transistor, a descoberta da estrutura em dupla hélice do DNA, “a criação conceitual, a das *distribuições*, que generalizam em um sentido e unificam as noções de função e de medida”, etc. (p. 10-11).

Como devem ser vistas, então, as descobertas das ciências sociais? E pode-se comparar, sem nuance alguma, esses dois universos de descobertas? Para melhor delimitar esse problema, eu começarei assinalando, de minha parte, desordenadamente, e sem qualquer preocupação de exaustividade, algumas descobertas em disciplinas das ciências sociais durante o mesmo período (após os anos 60):

- descoberta dos vieses sexistas nas teorias científicas e nas relações sociais de sexo, seguida da invenção dos conceitos de patriarcado, de sociedade andrógena e de uma série de outros conceitos ligados a essa problemática;
- desenvolvimento notável de pesquisas sobre o etnocentrismo e os grupos minoritários, seguido da criação de um número expressivo de novos objetos de pesquisa concernindo às práticas e mecanismos sociais e jurídicos de discriminação, em relação a outros grupos de menor poder, menos visíveis (jovens de meios desfavorecidos, doentes mentais, detentos, desempregados, deficientes físicos, etc.);
- (re)descoberta da utilização científica da linguagem comum no âmbito das pesquisas qualitativas, seguida de um progresso conceitual e metodológico das mesmas, bem como de uma transformação importante das relações entre as abordagens quantitativa e qualitativa;

- modificação notável da concepção do objeto de várias (sub)disciplinas ou atividades especiais de conhecimento (sociologia das relações étnicas, da família, do direito, criminologia, etc.).

O valor dessas descobertas me parece incontestável, e não percebo o que se pode tirar de uma comparação com as ciências da natureza. Por exemplo, a descoberta das relações sexistas, inclusive no conhecimento científico (das ciências sociais e das ciências da vida), teve repercussões marcantes, tanto nas representações, como nas práticas sociais, em diversos países. E essa descoberta está longe de ter terminado de produzir efeitos. Pode-se dizer o mesmo, a propósito das pesquisas sobre a questão racial. No plano da metodologia, a (re)descoberta do papel da pesquisa qualitativa também teve uma incidência importante no avanço do conhecimento científico (inclusive em relação a todas as categorias sociais de menor poder). Ora, quais são os traços marcantes dessas descobertas (e de outras do mesmo gênero)?

Notemos, primeiramente, conforme Bourdieu (1982: 30), que “uma boa parte do que o sociólogo trabalha para descobrir não está ocultada, no mesmo sentido que aquele que as ciências da natureza visam revelar”. Nas ciências sociais, descobre-se, frequentemente, o que se tornou *invisível* por excesso de visibilidade. De fato, muitas das relações que o pesquisador “desvenda não são invisíveis, ou somente no sentido em que ‘elas estão bem à vista’” (p. 30). Bourdieu faz referência a um seminário de Lacan (1961), em que este remete a um conto de Edgar Poe, *A carta roubada*. O enigma que Dupin, o personagem de Poe, deve resolver é o seguinte: o chefe de polícia de Paris procurava recuperar uma carta comprometida que havia sido tirada dos aposentos reais. A polícia conhecia o indivíduo, um ministro, que a havia roubado, e sabia que ele a tinha ainda em seu poder. Ora, ainda que a polícia tenha procedido a uma busca discreta, embora minuciosa, na residência do ministro, escrutando todos os cantos e recantos onde era possível esconder um papel, a carta não foi encontrada. Sabe-se, no final, graças a Dupin, que ele, descobriu a carta, e que esta não foi encontrada, porque o mistério era um pouco bastante claro, bastante evidente. Ela não foi encontrada, porque ela justamente jazia debaixo do nariz de todo mundo, num porta-documentos comum. Suja, amarrotada e quase rasgada ao meio, ela não havia sido notada pela polícia, que investigava segundo os métodos tradicionais. Do mesmo modo que – dirá Dupin – os indícios e os enormes avisos escapam ao observador, pelo próprio fato de sua excessiva evidência, a carta colocada sob o olhar de todos não pôde ser descoberta pelos métodos de investigação visando procurar um objeto escondido. Ora, as ciências sociais fazem, frequentemente, descobertas desse tipo: elas descobrem uma evidência, de tal maneira que elas fazem dela uma revelação.

A segunda característica desse tipo de descobertas das ciências sociais é que elas são, paradoxalmente, ao menos em parte, *indesejáveis* ou *impopulares*. Ainda nos dispomos a receber com admiração as descobertas de Dupin, porém, as das ciências sociais têm um lado traumatizante e controvertido. Isso porque, explica

Bourdieu, “o trabalho necessário para trazer à tona a verdade e para torná-la reconhecida, quando produzida, entra em conflito com os mecanismos de defesa coletivos, que tendem a garantir uma verdadeira negação, no sentido de Freud” (BOURDIEU, 1982: 30). E é também porque, acrescenta ele, “o conhecimento de si é mais, como o queria Kant, ‘uma descida aos Infernos’” (p. 31).

Uma outra particularidade é que essas descobertas podem ser esquecidas, em consequência do peso das questões que elas suscitam. Uma das tarefas das ciências sociais reside, portanto, em manter visível o que tem tendência a se tornar novamente invisível, ou a tornar de novo visível o que já foi descoberto, mas nós havíamos perdido de vista; em suma, impedir que seja *recoberito* o que foi *descoberto*, ou descobrir uma outra vez, ou de outro modo, a mesma coisa. Disso resulta uma relação particular com a história, inclusive a história dos saberes: é preciso retroceder para redescobrir o que foi encoberto, ou para lançar luz sobre as causas, origens e consequências de um problema atual, de ordem social ou cultural. Algumas descobertas são, portanto, recorrentes e podem ser formuladas de diferentes maneiras – o que influi, conforme o caso, para o reconhecimento da novidade e o alcance da descoberta.

Em última análise, essas descobertas das ciências sociais podem tomar a forma de uma descoberta banal, trivial, ou então, simplesmente impossível de situar de modo preciso no tempo. A descoberta do sexismo nos anos 1970, por exemplo, parece hoje corriqueira e não se a vê mais como uma “descoberta”, mas como um discurso norteado pelo registro do já-dito. As descobertas são, portanto, aparentemente não originais em sua expressão mais simples.

Além disso, a descoberta raramente depende do trabalho exclusivo de uma equipe bem definida confinada em um laboratório: ela é, tanto no que se refere à própria descoberta, como ao seu reconhecimento, uma tarefa cujo êxito depende das relações sociais e da ação de uma coletividade mais ampla. Nas ciências sociais, algumas descobertas significativas são atribuíveis, ao menos em parte, à ação criativa dos movimentos sociais que nada – ou bem pouco – têm a ver com o trabalho de pesquisa. Desde então, o “mérito” da descoberta não se deve só ao trabalho exclusivo do pesquisador: a descoberta é, por assim dizer, *contaminada* pelo senso comum; ela é laicizada e desencantada.

Enfim, a eficácia social das descobertas depende, frequentemente, de uma vontade política coletiva de uma outra ordem. Elas não produzem, portanto, “frutos” tangíveis, resultados que seriam facilmente percebidos como um progresso irreversível, semelhante ao progresso técnico. A *aplicação* dessas descobertas científicas entra em conflito com uma infinidade de obstáculos e resistências.

Evidentemente, há uma espécie de impossibilidade de comparar as descobertas das duas esferas – ciências naturais e ciências sociais – à luz de critérios neutros, isto é, que não privilegiem, desde o início, uma ou outra delas. Mas, verifica-se, principalmente, que as ciências sociais não podem se contentar exclusivamente com os métodos científicos usuais, visando evidenciar o que está escondido,

no sentido quase físico do termo: elas devem se proporcionar os meios de descobrir aquilo que está bem à vista. Daí a importância, entre outras coisas, de dispor de investigações qualitativas e quantitativas. A ciência (em sua totalidade) busca, sem dúvida, “descobrir” o que não se vê, mas este “o que não se vê” designa, simultaneamente, o fenômeno oculto ou desconhecido – no sentido de ausente e de ignorado – e o fenômeno bastante presente.

#### Para uma metodologia geral

Nesse período de reconstrução de nossa visão da ciência, parece-me importante reafirmar a pertinência de uma metodologia geral para as ciências sociais.

Inicialmente, é preciso assinalar a existência de duas visões em termos de metodologia. A primeira seria aquela da confiança e da promessa que tomam lugar e corpo em um paradigma estrito e fechado. Nela, o pesquisador confia em uma única epistemologia, em um único tipo de dados e em um só protocolo de tratamento dos mesmos, acreditando em sua capacidade de dar conta convenientemente de todos os objetos de sua disciplina, ou, ao menos, de todos os aspectos pertinentes aos objetos pertinentes em relação à sua disciplina. O que não pode ser abordado por sua epistemologia, ou por sua maneira de tratar os dados, não merece o estatuto de objeto pertinente, ou de pesquisa “verdadeiramente” científica. Aqui, todos os objetos devem ser explorados da mesma forma, pois é a epistemologia e o protocolo que são importantes para o pesquisador: sua posição exprime a única perspectiva aceitável de um ponto de vista científico. Assim, o processo de inteligibilidade que comanda necessariamente nossa maneira de reconstruir a realidade deve ser sempre o mesmo, independentemente da natureza dos objetos ou dos problemas a resolver referentes a esses objetos, ou ainda das práticas sociais às quais eles estão ligados. Para parafrasear Cardoso (1971: 4), eu diria que, nessa visão das coisas, a “realidade empírica” importa pouco, ou menos, que as preferências epistemológica e metodológica do pesquisador, uma vez que estas são, de início, supervalorizadas, e esta supervalorização é uma das causas do dogmatismo.

A segunda visão se baseia no reconhecimento do fracasso da primeira. Daí a analogia com a falência comercial e a concordata: acordo pelo qual os credores de um falido lhe perdoam uma parte de sua dívida, para terem a oportunidade de receber o restante. O pesquisador, aqui, está no papel do credor, em relação à sua própria epistemologia e à sua confiança em um único protocolo de tratamento dos dados, e não espera mais que estes possam lhe reembolsar a dívida completamente. Ele reconhece que sua epistemologia e sua maneira de tratar os dados estão à beira da falência, por haver outros aspectos pertinentes dos objetos que são, melhor ou suficientemente bem servidos, por outras formas de fazer. A parte perdida é aquela que retorna às outras epistemologias e às outras modalidades de emprego da metodologia. Essa visão “concordatária” abre caminho para a busca de uma concepção geral da metodologia nas ciências sociais, defendida, hoje, por um grande número

de especialistas, que, por outro lado, não adotam, unanimemente, as mesmas posições teóricas. Não há, portanto, nada de original nisto que eu apresento a seguir, a não ser, talvez, a maneira de reunir aquilo que busquei em outros trabalhos.

Certamente, uma metodologia geral não implica que “tudo é bom”: toda metodologia tem suas próprias exigências normativas, mesmo quando ela se caracteriza por uma abertura à revisão. Essa normatividade se manifesta tanto na recusa de certas teses sobre a natureza da ciência, como na afirmação provisória e precária da verdade se construindo (CANGUILHEM, 1998: 45). Assim sendo, vejamos brevemente alguns pontos de partida, atitudes mentais ou axiomas dessa concepção geral aqui proposta.

Antes de tudo, ela reconhece imediatamente a dificuldade e a complexidade dos problemas quanto aos *critérios de cientificidade*. Por exemplo, Canguilhem (1988) mostrou, com base na história das ciências naturais, que um processo de revisão progressiva dos critérios de cientificidade é trabalhado, e que é apenas pelo recuo histórico que se pode *descobrir* (no sentido dado mais acima) que alguns desses critérios, considerados antes como determinantes, decorrem, na realidade, principalmente da ideologia científica. Assim, os cientistas eram persuadidos de que a linguagem matemática era um critério indispensável de cientificidade e o único capaz de trazer “provas definitivas” ao mundo empírico, ainda que se possa ver, agora, que tal não era o caso. A crença inversa se manifestou de modo menos frequente, mas é igualmente equivocada: outros cientistas também acreditaram que nas ciências sociais os dados qualitativos desempenhavam esse papel-chave. Quando se segue, mesmo que seja um pouco, a evolução desses processos de retificação do pensamento científico no tempo, ou através das disciplinas, se é obrigado a mudar de atitude diante da complexidade do fenômeno, e a adotar um espírito aberto. Vê-se, assim, nascer, no próprio interior da ciência, formas de racionalização alegadas pelos cientistas para justificar suas próprias opções de pesquisa (CANGUILHEM, 1988: 43-44). Esse entrelaçamento da ideologia científica com a prática da pesquisa nos impede de estar absolutamente seguros das grandes características da ciência, bem como de distinguir categoricamente o que depende da falsa consciência, ou, ao contrário, da verdade. O metodologista deve, então, expor seu trabalho, um pouco à semelhança do historiador das ciências (p. 45), conforme dois registros: o da verdade se construindo, e o da falsa consciência. Por falta de ser assim apresentado, o discurso metodológico corre o risco de ser, ele próprio, um reservatório dessas ideologias, encerrado no processo de depuração, e também de veicular continuamente uma falsa representação da ciência. Além disso, a ausência de tal autocrítica prejudicaria o esclarecimento das dúvidas passíveis de surgir durante toda apresentação da verdade se construindo. Como o salienta Suchodolski (p. 45), um discurso sobre a verdade única é uma noção contraditória. Notemos ainda que a incerteza aqui deixada em aberto não é relativista: ela se baseia em posições firmes, ainda que provisórias, no sentido de que ela pode ser contestada, contraditada ou corrigida.

Mas, uma concepção geral da metodologia deve considerar o que Stengers chama de “princípio de irredução”: “Este princípio constitui, simultaneamente, uma ressalva e uma exigência, cujo alvo é o conjunto de teses *que se adaptam* a uma ligeira modificação [...]” (STENGENS, 1995: 26), modificação esta que se caracteriza pela “passagem de ‘isto é aquilo’ para ‘isto não é aquilo’ [...]” (p. 26). Esse princípio nos convida a traçar uma nova via entre as posições antagônicas do seguinte tipo: a) “o discurso científico exige sempre a neutralidade e sempre diz a verdade sobre o mundo empírico”; ou, contrariamente, “a ciência é apenas política e ideológica”; b) “em matéria de metodologia, todo procedimento é sempre bom e toda interpretação igualmente válida”; ou, inversamente, “somente isto é bom”; c) “a ciência exige que sempre se abandone qualquer interesse prático”; ou, ao contrário, “é preciso deixar de lado todo interesse cognitivo”; d) “o cientista não deve jamais levar em conta consequências de um pensamento que ele acredita ser verdadeiro”; ou, de outro modo, “o cientista só deve se deixar guiar pelos efeitos práticos que deseja produzir, sem se preocupar com a verdade”, etc.

A concepção geral vê a verdade e a criação de um mundo melhor como o resultado de um debate e, neste sentido, é preciso concordar com Bachelard: “A verdade só adquire seu pleno sentido ao final de uma polêmica. Aí, não haveria primeira verdade. Há apenas primeiros erros” (apud CANGUILHEM, 1957: 5-6). Os erros e as teses contraditórias estão no centro do processo de busca da verdade e de um mundo melhor, mesmo que o conflito das perspectivas, como o erro, não deva ser buscado como tal. Portanto, é preciso aprender a procurar a verdade e a criatividade, navegando entre teses opostas, sem necessariamente ver a resolução do problema no deslocamento integral de uma tese à outra.

Paradoxalmente, a concepção geral afirma o primado teórico da análise de um problema, ou dos próprios objetos, sobre as diferentes opções epistemológicas e metodológicas possíveis. A visão da confiança e da promessa diz o seguinte: “Escolha a melhor epistemologia ou o melhor protocolo de tratamento dos dados e submeta aí todos os objetos possíveis ou pertinentes”. A visão concordatária que leva a uma concepção geral da metodologia diz, preferencialmente, o seguinte: “Escolham suas questões de pesquisa ou os aspectos do objeto que lhes interessam e, a seguir, escolham a epistemologia e os tipos de dados que lhes pareçam os mais apropriados, os mais interessantes ou ‘suficientes’ para tratar essas questões”. Ela valoriza, portanto, a *capacidade virtual de deslocamento* do analista para resolver seu problema da maneira mais fecunda, ou sua capacidade de levar em conta particularidades de alguns aspectos de seu objeto. Ela também favorece, caso necessário, a não segmentação das disciplinas. Nesse sentido, as prioridades estabelecidas no contexto de uma visão da promessa são invertidas: tudo se passa como se o objeto ou o problema tivessem algo a dizer ao pesquisador sobre as opções epistemológicas, teóricas e metodológicas possíveis, para melhor abordá-los, incluindo a escolha das articulações disciplinares. Em resumo, tenta-se libertar o pesquisador

das imposições teóricas que se exercem sobre ele e que o levam a supor que tudo deve ser tratado da mesma forma, e segundo os mesmos *a priori*.

Pode-se observar, ao menos na história da sociologia, o surgimento de muitas inquietações quanto aos objetos. A primeira delas, de ordem epistemológica, foi a de determinar o próprio objeto da disciplina, e se deu concomitantemente ao nascimento desse saber, no século XIX. Tratava-se, então, de afirmar a possibilidade e a autonomia de um saber sociológico, tendo o cuidado de distingui-lo satisfatoriamente da biologia, da economia e da psicologia. Cabe lembrar que Durkheim desempenha um papel importante nesse contexto. A prioridade teórica, aqui, remete à disciplina, em relação aos diferentes objetos que ela constrói.

A segunda inquietação, que aparece juntamente com a precedente, refere-se à lógica da construção dos objetos em uma pesquisa específica, bem como à função da teoria na observação do mundo empírico. A uma e à outra se opõem os grandes modelos epistemológicos (indução, alteração, relativismo, teorias como paradigmas, etc.<sup>3</sup>). Esses debates, a despeito de terem enriquecido nossos conhecimentos, incitaram-nos, durante muito tempo, a conferir o primado teórico a um modelo por excelência, sem relação com os objetos. Mas é preciso que o pesquisador adote, de início, o pretense modelo por excelência para fixar-se nele solidamente e defender, enfim, que só se pode tratar aquilo que este modelo permite tratar e da maneira pela qual ele trata? Nada de menos certo. Quem disse que a prática da ciência se baseava em uma adesão incondicional a um único modelo? O pesquisador não aprende, assim, a se distanciar de seu modelo epistemológico, teórico ou metodológico, no que concerne a problemas a resolver, ou a seu problema de pesquisa. No limite, ele perde sua capacidade criativa. Seu modelo se torna a própria imagem da ciência e os outros pontos de vista são manifestações primitivas desta.

A terceira e última inquietação que se manifesta, muito particularmente, a partir dos anos 1970, refere-se à natureza e à própria especificidade dos objetos de pesquisa, ou dos aspectos desses objetos que se pretende elucidar. Esta preocupação é em parte atribuível ao que Juteau (1981: 37) denominou “a erupção do ponto de vista das minorias na sociologia”, bem como a uma crítica institucional rigorosa; e é bastante provável que ela esteja também ligada, como o notou Maheu (1983: 80), a uma institucionalização crescente das relações sociais conflitantes, nas sociedades contemporâneas. Seja como for, esses movimentos produziram uma dupla crítica: a crítica da normatividade social e a crítica da normatividade científica. No plano do conhecimento, disso resultou uma ruptura interna dos diferentes paradigmas teóricos, chamando atenção para a sua incapacidade, em um momento

3. Para uma visão de conjunto bastante interessante e acessível desses debates nas ciências da natureza, pode-se consultar a obra de CHALMERS, A.F. *Qu'est-ce que la science?* Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend. Paris: La Découverte, 1987. Ah, as ciências sociais são aí mencionadas apenas marginalmente e de maneira estereotipada, a título de exemplo de más teorias, limitando-se o autor a assinalar algumas censuras usuais feitas ao marxismo, à psicanálise e à psicologia de Adler.

determinado, de dar conta convenientemente de todas as formas de opressão e da própria natureza dos diversos objetos de estudo. Produz-se, assim, uma desnaturalização dos diferentes objetos de estudo, e tenta-se escapar das formas de essencialismo que haviam resistido até então, com a cumplicidade do saber científico.

Estou consciente do fato de que essa posição pode parecer, em certos níveis, ofensivamente neopositivista, pois é inadmissível que os objetos “possam falar de si mesmos”, assim como o essencialismo de que a crítica antipositivista tenha se desenvolvido. Mas trata-se, aqui, inicialmente, de buscar um equilíbrio instável entre os enquadramentos teóricos e metodológicos possíveis e o tipo de objeto que se propõe. Reconhece-se simplesmente que os parâmetros de um problema podem variar e que os diferentes objetos não demandam necessariamente o mesmo tipo de enquadramento teórico ou metodológico. Pode-se, portanto, dizer que o interesse, a pertinência e o ponto de vista dos diferentes enquadramentos teóricos e metodológicos variam conforme os objetos. Trata-se, a seguir, de salientar que o pesquisador pode adotar estratégias e hábitos de conhecimento, visando aprofundar, em relação aos diferentes objetos, o “sentido do problema” (BACHELARD, 1938: 29, 44), e o que eu denominei o “sentido da abordagem” (PIRES, 1985). Isso abre caminho para uma diversificação teórica e metodológica e nos permite explorar sistematicamente as “categorias de pensamentos impensados que delimitam o pensável e predeterminam o pensado” (BOURDIEU, 1982: 10), tanto em termos do conhecimento comum, quanto do conhecimento científico.

#### Algumas tomadas de posição sobre os debates atuais

Para facilitar a compreensão de meu objetivo, e considerando a importância dessas questões, exponho, aqui, algumas posições que defendo atualmente e que, em grande parte, permeiam este estudo.

1) Em minha opinião, as ciências sociais, consideradas em seu conjunto, não podem se privar completamente da busca de um conhecimento sistemático do real válido empiricamente, de qualquer maneira; isto é, de um esforço de *objetivação* e de divisão entre o verdadeiro e o falso. Considerando o tipo de descobertas feitas pelas ciências sociais, descobertas estas que consistem, geralmente, em desmistificar discursos justificadores de certas práticas institucionais, em questionar algumas falsas certezas e algumas formas de leitura espontânea e ilusória do social para deixar ver o que ocorre “realmente” e que está debaixo de nossos olhos, é impossível não levar o debate, ao menos em grande parte, para o terreno empírico. No caso contrário, parece-me que retornamos a uma espécie de estado pré-científico, em que qualquer reflexão sobre o real tem livre trânsito. A dificuldade real de alterar algumas teorias científicas ou alguns enunciados destas teorias não deve nos fazer cair na ilusão de que todas as nossas reflexões estão igualmente protegidas de uma alteração. Por exemplo, não é muito difícil alterar o enunciado que diz que “encontra-se nas prisões uma proporção equivalente de indivíduos de todas as classes

sociais”. E por igualmente incrível que isso possa parecer, é importante alterar por repetidas vezes esse gênero de enunciados, dada a grande tendência em racionalizar determinadas práticas institucionais, tanto no plano do senso comum quanto no de um discurso filosófico, jurídico e científico. Nesse sentido, as observações de Vincent Descombes adquirem um significado particular e se aplicam também à ciência: “Mesmo que a filosofia seja essencialmente desmistificação, os filósofos fazem frequentemente apenas falsas críticas e defendem a ordem, a autoridade, as instituições, os ‘bons costumes’, tudo aquilo em que crê o homem comum” (apud RORTY, 1994: 49).

2) O esforço de objetivação não implica necessariamente, e tampouco o exige, a aceitação da tese ou do princípio da neutralidade científica (*value freedom*); ele também não é necessariamente incompatível com o envolvimento do pesquisador em projetos de transformações sociais.

3) Na avaliação de uma teoria ou de uma pesquisa nas ciências sociais, os valores e as consequências dessa teoria ou dessa pesquisa, na sociedade, constituem uma forma legítima e usual de apreciação do alcance, da validade e do interesse da pesquisa. O mesmo critério se aplica à avaliação dos sistemas normativos de uma sociedade. A consequência dessa regra é que não existe distinção nítida e fácil entre os juízos de realidade e os juízos de valor.

4) Todas as observações do mundo empírico (científicas ou não) são impregnadas – *em diferentes graus* – de “teorias” (mais, ou menos válidas, conforme o caso). A orientação teórica dada à descrição de um conjunto de fatos objetivos numa pesquisa é sempre, portanto, uma forma de construção da realidade, mas isso não impede que haja construções mais válidas (tanto de um ponto de vista empírico quanto sob o ângulo dos valores), do que outras. O que significa dizer que a pesquisa comporta sempre uma seleção de aspectos da realidade e deformações (aceitáveis, ou não) da mesma, em virtude da finalidade da pesquisa. De igual modo, tais pesquisas trazem nelas um “projeto de sociedade”, que faz parte da discussão. Contudo, o projeto científico de construção do objeto não é necessariamente incompatível com a busca de uma determinada forma e de um certo grau de objetivação ou de precisão na descrição do real. Ele deve “dar conta” do real.

#### Alguns esclarecimentos conceituais sobre a noção de “objeto construído”

A noção de “objeto construído” é, hoje, usualmente empregada, embora ela tenha se tornado uma noção *ambígua*. Efetivamente, fala-se em objeto construído em três sentidos diferentes, e, depois, chegou-se a confundi-lo com o construtivismo, embora não exista uma relação necessária entre os dois.

Num primeiro sentido, essa noção designa a construção de um *objeto disciplinar*. Diz-se, aqui, que cada disciplina “constrói seu objeto”; ou seja – como o observa Fourez (1988: 79) –, ela *separa* determinados aspectos da realidade social e nos

*proíbe* de confundir um âmbito com outro. O analista é, então, convidado a participar de um projeto coletivo, e construir suas próprias descrições e explicações da realidade, em função dos parâmetros de sua disciplina. Esta atividade é, ao mesmo tempo, teórica e prática, porque ela se vincula à produção de um conhecimento e ao seu processo de institucionalização e de legitimação. Assim, Durkheim (1895, 1909) acreditava que, para fundar a sociologia, era preciso mostrar que ela possuía um campo próprio. A noção de *fato social* tinha em parte o objetivo de provar a existência do referido domínio, distinto do das ciências da natureza e da psicologia (preocupada, segundo ele, com fatos individuais<sup>4</sup>). Esse sentido particular da noção de objeto construído não dá origem a muitas discussões, mas se reconhece, hoje, o caráter mais ou menos arbitrário de algumas divisões disciplinares, assim como a necessidade de superá-las, no caso de alguns objetos, ou de rever as práticas institucionais voltadas para uma separação estrita das disciplinas<sup>5</sup>.

Num segundo sentido, a noção de objeto construído remete ao fenômeno da *pré-construção social do objeto de estudo*. Por “*pré-construção*” busca-se dizer que o objeto foi concebido por um trabalho do espírito, ou criado por meio de instituições e de práticas sociais, de uma determinada maneira *anterior* a que o pesquisador empreendesse sua pesquisa sobre esse objeto. Inspirando-se em Schutz (1987: 11), pode-se dizer que ocorre, aqui, uma construção *em primeiro grau*. Com efeito, os objetos adquirem formas institucionais e sua própria existência pode depender delas. Para falar como Lenoir (1989: 55), eles são recortados “segundo as categorias da prática social”, e este recorte pode ser, em alguns casos, constitutivo mesmo do objeto. Essa *pré-construção social* do objeto constitui, assim, uma espécie de obstáculo epistemológico (Bachelard) à nossa maneira de apreendê-lo cientificamente, pois ela orienta nosso modo de vê-lo e de concebê-lo. Em suma, a aparência que a sociedade assume, sobretudo quando é representada por práticas institucionais, deve ser questionada pelo analista.

Assim, se um sociólogo pretende pesquisar o “crime”, deve estar consciente de que este objeto é *recortado-construído pelas próprias instituições sociais*. De um lado, isto significa que a noção de crime é institucional. De outro lado, significa que, dentre o grande número de pessoas que transgridem as leis penais, somente um pequeno grupo será *selecionado* por esse sistema e rotulado como “criminoso”, segundo critérios que estão longe de parecer um sorteio. O pesquisador deve, então, estar consciente de que o *recorte* de seu objeto (pessoas criminosas/ não criminosas) é um fato institucional, e não um fato bruto, nem o resultado da aplicação de um critério objetivo (PIRES, 1993a).

4. Após ter dado sua definição de fato social, escreve Durkheim (1895: 103): “Conseguimos, portanto, conceber, de um modo preciso, o campo da sociologia”.

5. Cf., nesse sentido, o relatório da Comissão Gulbenkian (1996) e o número especial da revista *Social Research*, “Defining the Boundaries of Social Inquiry” (vol. 62, n. 4, 1995).

Enfim, a noção de objeto construído designa também o *procedimento metodológico do pesquisador*. Efetivamente, queira-se ou não, o pesquisador seleciona fatos, escolhe ou define conceitos, interpreta seus resultados, etc.; em suma, ele constrói, de sua parte, seu objeto *técnica e teoricamente*. Aron apresenta uma ilustração simples, mas bastante clara disso, a partir do trabalho do historiador: “Se um historiador quisesse narrar minuciosamente, com todas as suas características qualitativas, cada um dos pensamentos e atos de uma única pessoa em um só dia, ele não conseguiria” (ARON, 1967: 508). O historiador sabe que *deve selecionar* alguns aspectos de uma realidade, sem acalantar a esperança (inútil e nefasta) de tudo abranger. Ele também sabe pertinentemente que o quadro final que ele estabelece *não corresponde* (no sentido de ponto por ponto) à realidade *em sua totalidade*. De qualquer modo, nem todos os aspectos dessa realidade lhe interessam no âmbito de seu projeto de conhecimento particular. O que há de mais normal que o fato de que toda construção científica da realidade apareça ao pesquisador, a partir de então, como sendo, *ao mesmo tempo*, uma espécie de *deformação* da realidade? A ideia da *correspondência*, enquanto imagem fiel da realidade, coloca, assim, problemas para um bom número de pesquisadores. É que, em geral, o cientista tem bem mais em mente “essa ideia de que o pensamento científico é sempre esquemático, e só pode se basear em amostras, em partes do todo, que implicam a ideia de *aproximação necessária*” (MOLES, 1990: 21), do que aquela da correspondência.

Schutz acrescenta, para esclarecer esse terceiro sentido da noção, que “os objetos de pensamento, construídos pelos pesquisadores nas ciências sociais, baseiam-se em objetos de pensamento construídos pelo pensamento comum do homem levando sua vida cotidiana entre seus semelhantes, e a ela se reportando” (SCHUTZ, 1987: 11). Trata-se, assim, de uma “construção *em segundo grau*; principalmente, construções de construções edificadas pelos atores sobre a cena social, nas quais o homem de ciência observa o comportamento e tenta explicá-lo, sempre respeitando as regras de procedimento da ciência” (p. 11 – grifos meus).

#### *Um primeiro equívoco: a noção de objeto construído e o construtivismo*

Pode-se dizer que *todo* analista que *reconhece* a noção de objeto construído nas ciências sociais é, portanto, *construtivista*?<sup>6</sup>

Em realidade, a noção de objeto construído não é partilhada entre realistas (e mesmo positivistas) e construtivistas. De um lado, acabamos assimilando ao construtivismo a afirmação segundo a qual o mundo social é (pré-)construído pela atividade humana; do outro, assimilamos a tese segundo a qual o objeto de toda pesquisa é necessariamente construído pelas opções teóricas de *algumas perspectivas*

6. Esta questão só se propõe a propriamente abordar os dois últimos sentidos da noção de objeto construído. Que eu saiba, nunca se chamou um pesquisador de construtivista ou realista, principalmente porque ele teria dito que o objeto de sua disciplina é construído, ou, ao contrário, porque ele teria afirmado a existência objetiva deste objeto.

construtivistas. Ora, pode-se defender que o objeto de toda pesquisa é *um objeto construído*, sem fazer menção ao construtivismo. Darei o exemplo de Comte.

A tese da construção científica do objeto foi desenvolvida, ao menos em parte, devido a uma constatação quanto ao modo como nós observamos o mundo, e também de uma atitude mais modesta em relação à ciência. Ela não se prende, portanto, a uma perspectiva sociológica (nem mesmo filosófica) perfeitamente caracterizada. No início, considerou-se que a observação (científica) do mundo era uma atividade *puramente passiva* à qual se dedicaria o observador (FOUREZ, 1988: 31). Supunha-se, então, que o cientista devia, *primeiramente*, estabelecer os fatos pela observação, e que esta dependia de uma “mera atenção passiva, um mero estudo receptivo” da realidade empírica (p. 30). Após ter acumulado os fatos, ele podia elaborar pouco a pouco leis e teorias, mas elas não deviam preceder a observação dos fatos, sob pena de introduzir um viés na observação do mundo. Nessa visão da ciência, os “fatos” coletados pelo pesquisador não seriam fatos construídos, mas sim fatos *meramente observados*. Somente as teorias e as leis seriam construções podendo ser eventualmente verificadas ou submetidas a experimentações, para testar sua capacidade de bem explicar ou predizer a realidade. Hoje, contudo, nossas crenças se modificaram. Acreditamos que a observação depende mais de um processo mental ativo, ou, como o diz Fourez, “de uma certa *organização da visão*” (p. 31). Ora, é a “teoria” (mesmo tratando-se de uma teoria vaga, elementar e inconsciente) que organiza nossa visão e que nos “ajuda” a observar; isto é, que nos leva a fixar nosso olhar sobre determinadas coisas e a excluir outras. Logo, nós nos perguntamos se o ser humano é capaz de fazer uma observação que seja completamente “pura”, mas somos ao menos convencidos de que um grande número de observações são muito menos puras do que outras, no sentido de que elas são mais “maculadas de teoria”, do que o pesquisador tem, imediatamente, consciência (BLACKBURN, 1992: 74-79). Dizer que uma observação é maculada de teoria, para retomar a feliz expressão de Blackburn, significa dizer que os elementos de interpretação e de nossas crenças anteriores aí se misturam *em diferentes graus* (p. 77).

Comte se insurgiu contra o “empirismo sistemático que se busca impor às observações sociais, sobretudo históricas, quando aí se proíbe, dogmaticamente, a título de imparcialidade, o emprego de alguma teoria qualquer” (COMTE, 1839: 158). “Seja qual for a ordem de fenômenos – acrescentava ele –, nenhuma verdadeira observação será *possível*, quanto mais ela for *primitivamente dirigida* e finalmente interpretada por uma teoria qualquer” (p. 158 – grifos meus<sup>7</sup>). Conseqüente-

7. Ou ainda: “Sem a luminosa indicação de uma teoria prévia, aliás, mais eficaz quanto mais ela é real, o observador nem mesmo saberia, mais frequentemente, o que ele deve ver no fato que se realiza sob seus olhos” (COMTE, 1839: 159). Efetivamente, “nosso espírito não poderia nem mesmo realizá-las (as observações) sem estar, de início, dirigido, e, em seguida, continuamente solicitado por algumas teorias preliminares” (p. 313). Para Comte, “o empirismo absoluto seria não só absolutamente estéril como até radicalmente impossível para a nossa inteligência” (p. 313).

mente, se nossas observações não são passivas, a ciência não inicia por uma *observação dos fatos*, mas sim por uma *teoria* (ou *visão teórica*) que organiza nossa observação. A teoria vem *antes* dos fatos, seleciona-os e interpreta-os; em suma, constrói-os. Ora, Comte é visto como o pai do “positivismo”; no entanto, encontra-se nele em germe a noção de objeto construído pela ciência.

O emprego do termo “construtivismo” nas ciências sociais acarretou uma certa confusão, pois há uma forte tendência em considerar os objetos da ciência como objetos construídos, quer se evoque, ou não, uma perspectiva construtivista. A confusão resulta também do fato de que o objeto das ciências sociais, o mundo humano, é reconhecido como *construído tal qual ele é pelos humanos*, quer se o diga construtivista ou não, uma vez mais. Assim, afirmar que “a ciência constrói seu objeto”, ou que a “realidade social é produzida pelos seres humanos”, não é *suficiente* para qualificar de construtivista um ponto de vista nas ciências sociais. Em minha opinião, Comte, Marx, Durkheim e Weber não hesitariam em se alinhar a essas duas afirmações. O que significa, então, ser “construtivista” nas ciências sociais? Não posso me aventurar, aqui, a uma resposta a esta questão (cf. KNORR-CETINA, 1989). Eu me contentarei em dizer que essa caracterização parece depender: *a)* do fato de que o pesquisador se designa como tal<sup>8</sup>; ou *b)* de um certo número de opções teóricas mais estritas, que permitem identificar os trabalhos por si mesmos (construtivismo estrito<sup>9</sup>).

Lembremos, então, que as noções de *construção, invenção, produção, definição da realidade*, etc., são, hoje, empregadas em sentidos diferentes, conforme os objetos e a perspectiva teórica da pesquisa, e também que elas não são o apanágio unicamente dos construtivistas. Além disso, o que particulariza os construtivistas, no sentido estrito (incluindo os etnometodologistas), é menos o emprego desses conceitos e o que eles *demonstram* em sua pesquisa, do que aquilo que eles não dizem, ou ainda, aquilo que eles consideram *que não se deve fazer*, porque, em sua opinião, isso não é nem útil, nem pertinente (GOODE & BEN-YEHUDA, 1994: 94-96). É pela negatividade que se pode caracterizá-los melhor.

Ilustrarei a dificuldade para qualificar uma pesquisa de construtivista, referindo-me ao estudo de Morin (1969) sobre o rumor de um tráfico de escravas brancas, na cidade de Orléans. O pesquisador imediatamente aponta que esse rumor, construído por uma coletividade, era um “mito” (MORIN, 1969: 7). Pode-se disso concluir que o tráfico de escravas era socialmente construído ou *inventado*, no sen-

8. Que não nos enganemos: há, sem dúvida, condições *mínimas* para dizer-se “construtivista”, sem criar quiproquós, mas eu não posso desenvolver este assunto aqui. É suficiente lembrar que quando o pesquisador qualifica voluntariamente sua abordagem, existe uma zona cinza entre as denominações construtivista e realista, que o autoriza a se identificar seja com uma, seja com a outra (com qualificações). Geralmente, em uma mesma pesquisa, os pesquisadores tomam posições compatíveis com o construtivismo, em relação a um ponto, e compatíveis com o realismo, no que se refere a um outro.

9. O mesmo raciocínio se aplica *mutatis mutandis* aos “realistas”.

tido mais forte do termo: ele não existiu; tomou-se por real qualquer coisa que não o era. É preciso dizer que a pesquisa de Morin é construtivista, no sentido estrito do termo? Parece-me que não. Aliás, não se ganha nada em compreensão com essa caracterização. Ao contrário, perde-se a oportunidade de ver que ela se situa para além da dicotomia realista/construtivista.

Por que ela não é construtivista? Em primeiro lugar, o autor não a caracteriza assim. Certamente, este critério não é decisivo, porém sua ausência nos obriga a tomar o texto como parâmetro de sua própria interpretação (ECO, 1990: 43). A dificuldade vem, primeiramente, do fato de que essa pesquisa poderia ter sido realizada da mesma maneira por um pesquisador que se dissesse realista, sem que essa abordagem modificasse a sua orientação. Com efeito, ele também teria investigado sobre o rumor, constatado que ele não tinha fundamento empírico, e teria demonstrado como esse mito havia sido criado e havia desaparecido depois de um certo tempo. A dificuldade vem, a seguir, do fato de que alguns construtivistas não adotam uma perspectiva estrita. Eles teriam podido, então, realizar esse estudo, exatamente do mesmo modo que o nosso pesquisador realista fictício, ou que Morin, pois esses construtivistas não teriam hesitado em confrontar essa crença coletiva no tráfico de escravas brancas com a “realidade objetiva”. Consequentemente, eles também teriam demonstrado que se tratava de um “mito”<sup>10</sup>. A diferença só seria palpável quanto aos construtivistas estritos, pois eles teriam modificado a orientação da pesquisa em certos níveis. De um lado, eles também teriam demonstrado, da mesma maneira, como essa crença se originou e como ela desapareceu; mas, de outro lado, o leitor não teria jamais podido saber se o tráfico de escravas tinha “realmente” existido, ou não. É que eles não se debruçam e nem se pronunciam sobre a veracidade ou a falsidade das crenças sociais dos atores, em relação ao mundo empírico. Em suas descrições, eles fazem abstração de um julgamento sobre o fundamento das declarações dos atores sociais. Este julgamento sobre a parte de realidade ou de ficção das declarações é deixado de lado e tido como desimportante para compreender e explicar a maneira como as pessoas definem a realidade e atuam. Sua análise não busca, portanto, *nem negar, nem afirmar* a facticidade ou a validade moral desta ou daquela definição da realidade, ou pretensão (*claim*) (GOODE & BEN-YEHUDA, 1994: 90). Os juízos explícitos de valor são ignorados e os juízos de realidade – se é que ainda se pode empregar esta dicotomia – existem, mas são reduzidos *a sua mais simples expressão*: o que conta é exclusivamente a boa descrição do modo como as pessoas constroem suas crenças, acabam por acreditar nelas, e agem como se elas fossem verdadeiras, legítimas, etc. (p. 95). A partir daí, sob um ponto de vista conceitual, os construtivistas estritos jamais teriam falado num “mito”, pois isto pressupõe que se tenha confrontado a crença no tráfico de escravas com os fatos – o que eles se recusam a fazer.

10. Goode e Ben-Yehuda (1994) teriam procedido exatamente do mesmo modo, e eles se designam como “construtivistas contextuais” (p. 96), ou moderados (*moderate or contextual constructionist*) (p. 94).

Os construtivistas estritos vão, talvez, argumentar, por exemplo, que a guerra produz mortes, mas ela é raramente definida pelos atores como um “problema social”. E vice-versa: em dado momento, alguns fenômenos são definidos, por certos segmentos da sociedade, como “novos problemas sociais cada vez mais frequentes”, ao passo que eles são antigos e não conheceram nenhum crescimento objetivo, segundo os dados disponíveis. Pode-se até considerar como uma “ameaça real” qualquer coisa que não o seja totalmente, ou que não justifique as ações empreendidas nesse sentido. Os fatos parecem, então, ter bem pouca relevância na origem das definições da realidade. Segundo eles, o cientista não deve justificar ou contestar as definições de “problemas sociais”, servindo-se dos fatos, pois ele agiria, assim, da mesma maneira que as pessoas na vida comum; não compete à ciência arbitrar objetivamente sobre todas essas pretensões à realidade, à gravidade ou à falta de gravidade das coisas. Ela também não deve defender a legitimidade ou a ilegitimidade de tal ou qual prática social ou decisão política. Eles não querem, sobretudo, envolver-se num processo, com o objetivo de decidir sobre a realidade dos problemas sociais e, menos ainda, reivindicar soluções (*claims-making activities*).

Certamente, mesmo não se aceitando essa tese, isso não nos impede de apreciar a contribuição teórica e empírica do construtivismo estrito para uma infinidade de aspectos da vida social. Mas, se essas reflexões são corretas, também se deve inferir pela ausência de um fosso epistemológico entre um “realista não estrito” e um “construtivista não estrito”, nas ciências sociais, pois um e outro levam em conta, simultaneamente, fatos e construções. Eles podem se opor em relação ao estatuto epistemológico de um objeto particular, porém tal oposição também pode existir entre dois realistas, ou entre dois construtivistas não estritos. Isso se soma simplesmente aos temas da discussão relativa à busca da verdade, no que se refere a esse objeto.

Enfim, um pesquisador (construtivista, ou realista não estrito) pode também estudar a passagem de um fenômeno objetivo, como o câncer ou a Aids, à posição de *problema social*, pois não basta existir objetivamente como fenômeno para se tornar um problema social. A violência contra as mulheres é um antigo fenômeno objetivo, que, só recentemente, foi percebido e definido, em algumas sociedades, como um problema social. Se o pesquisador fala da “invenção” ou da “construção social” da Aids como doença, por exemplo, não é necessariamente no sentido de um mito, no qual a facticidade do fenômeno poderia estar completamente ausente. O termo “invenção” não se refere aqui à *doença*, mas ao *problema*; isto é, à construção desta doença como um *problema social*. Assim, a reconstrução científica dessa “invenção social” pode incluir, como uma de suas condições de invenção, a *descoberta factual* da própria doença.

*Um segundo equívoco: a noção de objeto cientificamente construído e o subjetivismo*

Pode-se dizer, hoje, que a noção de objeto construído (no terceiro sentido) traz consigo, necessariamente, uma conotação epistemológica *subjetivista*? Se este

fosse o caso, um cientista que aceitasse essa noção seria necessariamente um subjetivista, e aquele que não a aceitasse, um objetivista.

Adivinha-se a resposta. Assim, Comte, Popper, Bachelard, para nomear apenas estes, aceitam a ideia da construção do objeto científico e não se deixam, contudo, caracterizar facilmente como subjetivistas. Mas, o que ocorre, então, neste caso? Um pesquisador pode, sem entrar em contradição consigo mesmo, reconhecer que *constrói* seu objeto, selecionando alguns aspectos de uma realidade infinita e mutante, sem igualmente reconhecer que sua construção é subjetiva? Essa seleção subjetiva não o obriga a concluir que *tudo o que ele diz é subjetivo*?

A resposta é não. O pesquisador é obrigado a concluir que seus resultados não abrangem *toda* a realidade, que erros são possíveis, que, necessariamente, deformações foram introduzidas, que dimensões foram esclarecidas e outras, obscurecidas, que o conhecimento que ele produz é um conhecimento *aproximado* (Bachelard), etc. Mas, ele não é obrigado a concluir que todos os seus resultados são subjetivos, no sentido de que eles não podem ser confrontados com uma realidade que se encontra fora da mente dos indivíduos. Se ele afirma, por exemplo, que Salvador Dali visitou Picasso, em Paris, ou que o Canadá registra uma taxa de encarceramento muito mais elevada do que nos Países-Baixos, ele acredita que um outro pesquisador possa confirmar ou refutar essas declarações, justamente porque elas se prestam à verificação ou à alteração. A noção de objeto construído não conduz necessariamente a uma posição subjetivista.

Notem, contudo, que se pode aceitar a noção de objeto construído, ser *realista* e, apesar desse realismo, não admitir a noção de “correspondência”; isto é, a tese segundo a qual o conhecimento científico é aquele que *corresponde* à realidade empírica. É preciso ver que a noção de *correspondência* pode ser interpretada de diferentes maneiras. Quando se trata de enunciados factuais simples (com palavras tendo uma referência empírica direta e precisa), como “Salvador Dali visitou Picasso, em Paris”, a noção de correspondência não coloca, para um realista ou para um construtivista não estrito, nenhuma dificuldade maior. Porém, ela pode ser incômoda para os dois, quando se faz referência a um retrato global produzido por uma pesquisa, cuja descrição e explicação implicam interpretações mais aprofundadas, uma vez que eles são conscientes do fato de que sua pesquisa *não é* um espelho da realidade, ainda que eles aceitem ser possível confrontar seus resultados com a realidade “objetiva”. É consenso, de início, que a ciência *reduz* a informação e *organiza* ou *constrói* uma certa leitura dessa realidade. Ninguém pretende revelar *todos* os aspectos da realidade. No entanto, essa construção não significa necessariamente que o resultado não constitua hipoteticamente uma boa ou uma certa aproximação dos aspectos pertinentes dessa realidade. Ramognino (1992: 55) verifica que as operações “cognitivas” sobre a “realidade” podem ser definidas “como elaboração de um resumo” e que a observação “consiste em um processo de redução”; mas “ela deve, entretanto, ter a qualidade de exprimir ‘a realidade’ em suas

dimensões essenciais ou fundamentais”. Ora, um resumo, em um sentido, não *corresponde* (ponto por ponto) à realidade; se ele o fizesse, ele não seria um resumo, mas a própria realidade. É por essa razão que a noção de correspondência, nas ciências sociais, pode colocar dificuldades mesmo para um realista, quando ela é aplicada a resultados complexos.

Como se pode ver, a noção de objeto construído reconhece a parte de teoria, de seleção e de simplificação que compete à ciência, mas não considera necessariamente a ideia de que o esforço de objetivação é importante. Ela sugere uma visão mais modesta da ciência, sem negar a possibilidade de atingir o real. Ela também não implica um ponto de vista inteiramente subjetivista.

Efetivamente, como o diz Santos (1987: 282), a construção científica da realidade pressupõe necessariamente uma deformação *da realidade*, o que não significa, automaticamente, uma deformação *da verdade*. Ele faz aqui alusão – assim como Moles (1990: 21) – a um célebre conto filosófico de Borges, sobre um mapa geográfico de um país traçado numa escala cada vez maior para corresponder à realidade, e depois, em escala de 1/1, na qual o mapa perdeu toda a sua utilidade e, além disso, não corresponde ainda à realidade, já que continua sendo um mapa. Imaginem, por exemplo, um mapa rodoviário do Québec: se ele for bem construído, será possível ir de Montreal a Québec, sem passar por Toronto! Mas, para ser prático, ele não pode coincidir ponto por ponto com a realidade, e sua escala não permitirá encontrar uma rua na cidade de Québec. Para isso, será preciso um outro mapa. É impossível, portanto, construir um mapa sem distorção; porém, sem os mapas, conhece-se e domina-se menos bem a realidade.

Do mesmo modo, em alguns desenhos e quadros do pintor belga Magritte, encontra-se algo de desconcertante. Vê-se nitidamente a figura de um cachimbo desenhado com cuidado e sem nenhuma ambiguidade e, abaixo, uma menção escrita a mão: “Isto não é um cachimbo”. Não pretendo explorar, aqui, as diferentes reflexões que esse quadro provoca (cf. FOUCAULT, 1993), mas tão simplesmente chamar a atenção para uma analogia possível com a noção de objeto construído (no terceiro sentido). Uma das coisas que são desconcertantes nesses quadros e desenhos é o sentimento paradoxal de ver, em razão de nossos hábitos de linguagem, um cachimbo com um enunciado que nega o que vemos. Depois de um tempo, tudo parece estúpido e simples: “Certamente, quem me dirá que esse desenho feito a mão, acima do texto, é um *verdadeiro* cachimbo?” De outro lado, o observador não se tranquiliza totalmente, pois, para ele, essa figura representa mesmo um verdadeiro cachimbo, o que é bastante para não justificar a menção abaixo. Imaginem, agora, que, ao final de cada pesquisa, encontrássemos uma menção semelhante, escrita pelo pesquisador: “Isto não é a realidade”. O leitor não ficará menos desconcertado do que o observador da tela de Magritte. E, no entanto, é verdade que isso não é a realidade, sendo somente um esforço de aproximação do real.

#### As ciências sociais e o senso comum: deve-se falar em “ruptura”?

As ciências sociais seguiram, em relação ao senso comum, a via aberta pelas ciências da natureza. Durkheim exprimiu bem as primeiras tomadas de posição das ciências sociais frente ao senso comum: “Se existe uma ciência das sociedades, deve-se ater bem ao fato de que ela não consiste em uma simples paráfrase dos pre-conceitos tradicionais, mas sim nos faça ver as coisas diferentemente do que elas parecem de ordinário” (DURKHEIM, 1895: 71). Este ponto de vista se baseava essencialmente na ideia de que havia uma espécie de “ruptura”, ou de “cisão” entre as duas formas de conhecimento (saber científico e saber vulgar), e também na de uma imagem negativa, por vezes depreciativa, do conhecimento ordinário. Hoje, a posição das ciências sociais sobre a questão do senso comum é muito mais complexa e ambígua. Como o diz Houle (1986), as novas pesquisas sobre as histórias de vida obrigaram os pesquisadores a redescobrir o senso comum.

Santos (1989: 40) resume bem a situação atual. Em primeiro lugar, não há mais consenso entre as diversas correntes teóricas para se poder afirmar se essa ruptura entre as duas ordens de saber é possível, ou mesmo desejável. Em seguida, as perspectivas que ainda defendem a importância da ruptura com o senso comum não mais adotam, necessariamente, a mesma visão negativa desse tipo de conhecimento. Algumas correntes, efetivamente, até enfatizam a contribuição do senso comum para um conhecimento crítico do social, na medida em que movimentos sociais levaram as ciências sociais a modificar suas posições frente a uma grande variedade de problemas e de objetos, e, inclusive, frente à realidade social propriamente dita. Este foi, aliás, o caso do movimento feminista. Enfim, não é raro que uma teoria científica que anuncia uma ruptura com o senso comum seja, ela própria, acusada por uma teoria posterior de ser somente uma forma mais elaborada do senso comum. No fundo, o que ocorre aqui é um reexame do próprio conceito de “ruptura” ou de “cisão”, para ver se ele ainda é útil para designar essa passagem do senso comum ao conhecimento científico.

Santos considera sempre como útil esse conceito, mas compreende bem os problemas que ele coloca. Ele recomenda, assim, uma estratégia de duas partes: guardar a ideia de uma primeira ruptura epistemológica com o senso comum, e proceder, depois, a uma segunda ruptura, ainda mais importante: uma ruptura com a ruptura epistemológica (SANTOS, 1989: 39, 44-45). Esta segunda ruptura consiste, ao mesmo tempo, em um movimento de dessacralização da ciência, e em um esforço de retorno esclarecido ao senso comum. Para Santos, a primeira ruptura permite constituir a ciência; a segunda não é uma maneira de neutralizar a primeira, mas resulta de um trabalho de transformação, simultaneamente, sobre o senso comum e sobre a própria ciência. Ela visaria construir um senso comum mais esclarecido e uma ciência mais modesta. Percebe-se bem por que Santos conserva a noção de ruptura que, por outro lado, desempenhou um papel fundamental na epistemologia de língua francesa: é que ele insiste no jogo das transforma-

ções e, neste sentido, esta noção preenche uma função importante, pois ela enfatiza a ideia de superação.

A ideia de Santos de um retorno esclarecido ao senso comum coincide com a de Alfred North Whitehead: “Pode-se polir o senso comum, pode-se contradizê-lo localmente, pode-se surpreendê-lo. Mas, finalmente, sua tarefa é a de satisfazê-lo” (apud STENGERS, 1995: 191). Eu me pergunto, no entanto, juntamente com Stengers (1995: 34-37), se a noção de ruptura é ainda útil para designar os objetivos (perfeitamente válidos) propostos por Santos.

Stengers ressalta dois inconvenientes importantes dessa noção tomada da epistemologia de Bachelard. Em primeiro lugar, seu uso desqualifica aquilo de que diverge: “A ‘ruptura’, seja da ordem da purificação ou da mutação, cria uma assimetria radical, que retira daquilo contra o que a ‘ciência’ foi constituída qualquer possibilidade de contestar sua legitimidade ou pertinência” (STENGERS, 1995: 35). De fato, “a ruptura procede estabelecendo um contraste entre o ‘antes’ e o ‘depois’, que desqualifica o ‘antes’” (p. 34). Além disso, acrescenta ele, “a desqualificação da opinião impede que se oponha à definição que uma ciência dá de seu ‘objeto’ tudo aquilo a que o objeto assim definido não confere sentido, ou nega” (p. 36). Em segundo lugar, “um traço típico dessa assimetria é que a caracterização da ‘não ciência’ é muito mais clara e evidente do que a da ‘ciência’” (p. 36).

Com efeito, a noção de ruptura foi frequentemente utilizada para desqualificar – considerando-as como sendo do âmbito do senso comum – as posições das quais buscava se distinguir. Assim, a crítica que, do alto de um paradigma científico, era endereçada a um outro, tomava, ao mesmo tempo, a proporção de uma desqualificação *não do objetivo* desse paradigma, mas de seu estatuto científico. Para dizer que o outro estava equivocado, era preciso dizer também que ele não era científico. Pressupõe-se, assim, uma identidade entre saber científico e verdade, já que tudo o que nos parece que sejam erros ou insuficiências importantes corre o risco de ser qualificado de não ciência, exatamente por isso. Mas, então, deve-se falar em ruptura, se não há diferença de *natureza* entre a crítica que a ciência endereça ao conhecimento ordinário, para se constituir, e a crítica (*interna*) que a ciência dirige à ciência precedente, para continuar o seu processo de busca da verdade?

Stengers (1995: 34-37) recomenda substituir a noção de ruptura pela de “demarcação”. Esta parece menos presunçosa, mais flexível e mais aberta às revisões: ela permite, de um lado, delimitar as diferenças e as transformações, e, de outro lado, rever as demarcações feitas por um motivo, ou outro.

Em última análise, Houle (1986: 48) constata que o senso comum é a primeira forma de conhecimento do sociólogo e que ele deve passar obrigatoriamente por esse saber. Por sua vez, Demo (1981: 15) salienta que o pesquisador jamais consegue se livrar completamente do senso comum, tanto por não ser especializado em tudo, como por não conseguir testar, numa mesma pesquisa, todas as dimensões do senso comum que aí se encontram, ou ainda, porque a própria ciência é um fe-

nômeno social e a metodologia não tem a capacidade de resistir a todas as influências sociais e culturais sobre o pensamento. Harding (1986: 25) chama atenção para o fato de que o conhecimento ordinário também impulsiona a ciência e pode levá-la a ganhar em objetividade; nós procedemos em relação ao conhecimento ordinário da mesma maneira que frente ao conhecimento científico, pois nem um nem outro são homogêneos: se o contradizemos num ponto, nós o reafirmamos num outro. Enfim, Whitehead nos atribui a tarefa de satisfazer o senso comum após tê-lo confrontado. Início indispensável, passagem obrigatória, estadia forçada, fonte de criatividade e de correção de erros, processo de crítica semelhante e retorno necessário: desde então, qual sentido pode ainda haver em continuar falando em ruptura? A “ruptura” não assume, nesse contexto, uma conotação mágica, bastante tranquilizadora e definitiva?

#### A busca da verdade nas ciências sociais

A busca da objetivação nas ciências sociais foi guiada pela seguinte questão: *Como apreender a verdade sobre o mundo social?* Ela originou três modelos-tipo (com variantes internas) e formas de organização entre eles. A despeito de algumas proposições errôneas, todos esses modelos trouxeram um certo número de contribuições à busca da verdade. Lembremos também que o valor ou a eficácia prática desses modelos varia em parte em função dos objetos que o analista se atribui. Pode-se dizer grosso modo que dois modelos foram construídos em torno da ideia de neutralidade (*value freedom*) e o último, em torno da de prenoção. O objetivo deles era, no entanto, o mesmo: alcançar, entre outras coisas, o conhecimento objetivo.

#### O modelo 1: a valorização da neutralidade e da observação a partir do exterior

A primeira estratégia se baseia, originalmente, nas ciências da natureza. Para facilitar a compreensão, digamos que ela foi valorizada por Comte e Durkheim, e conheceu ao menos uma variante interna importante: aquela que separa o operacionalismo, ou o indutivismo quantitativo, da posição desses autores que reconhecem a intervenção da teoria na construção do objeto. O pesquisador deveria, assim, observar o mundo social *do exterior* e tentar fazer *tábula rasa* dos conhecimentos adquiridos, a fim de afastar as prenoções. Comte escrevia que a ciência exige dos observadores “bem dispostos” (COMTE, 1839: 38), e que, geralmente, só se observa bem, colocando-se de fora” (COMTE, apud FERRAROTTI, 1981: 78). Durkheim também argumentou que era preciso estudar os fatos sociais “de fora, como coisas exteriores”. Para ele, o pesquisador deveria aproximar o social, observando “uma certa atitude mental” frente ao passado, a qual consiste em considerar por princípio que se ignora absolutamente o que seja essa realidade (DURKHEIM,

1895: 77): “É preciso que, ao penetrar no mundo social, ele tenha consciência de que ele penetra no desconhecido; é preciso que ele se sinta na presença de fatos, cujas leis são [...] insuspeitas; [...] é preciso que ele esteja preparado para fazer descobertas que o surpreenderão e o desconcertarão” (p. 79). Durkheim associa esse estado de espírito àquele dos físicos, dos químicos e dos fisiologistas, “quando eles se envolvem numa região, ainda inexplorada, de seu campo científico” (p. 79). Ele especifica que o sociólogo deve começar “por fazer tábula rasa das noções que ele pôde adquirir ao longo de sua vida” (DURKHEIM, 1909: 158). Como Durkheim é um dos fundadores da disciplina, é compreensível que a observação sobre a tábula rasa se dirija mais às noções do senso comum do que aos conhecimentos científicos precedentes. Efetivamente, ele queria que o sociólogo tomasse distância em relação às noções “que se formaram sem método para responder às exigências práticas” da vida social (p. 158).

Qual atitude mental o pesquisador deveria adotar em relação ao presente e ao futuro? Durkheim (1900: 112) estava convencido de que a ciência pode e deve desempenhar um papel importante para melhorar a sociedade, mas ele defendia, entretanto, que era possível e necessário separar rigorosamente o estudo científico da realidade social, das aplicações (práticas) “às quais podem se submeter as noções que ele elabora”. Com efeito, “a ciência só aparece quando o espírito, fazendo abstração de qualquer preocupação prática, aborda as coisas com a finalidade única de representá-las”. Ele lembra, com razão, que “é preciso dispor de tempo” para poder refletir metodicamente, o que reduz os riscos de erro (p. 112). Ele deduz disso, contudo, que as preocupações relativas à prática sempre implicam maior ou menor urgência e que elas têm tendência a empobrecer a atividade científica (o que não é necessariamente o caso). Durkheim restabelece, aqui, a antiga dicotomia contemplação/ação, que remonta à filosofia grega. Segundo esta representação, “os critérios de verdade do conhecimento científico são interiores ao processo científico e a única ação pertinente neste nível é a da pesquisa e experimentação. Não importa que outro tipo de ação, e, particularmente, ação social, seja exterior ao conhecimento, e só constitua, no máximo, seu campo de aplicação” (SANTOS, 1989: 47). Essa dicotomia está também na origem da distinção clássica (hoje superada) entre ciência pura (ou fundamental) e ciência aplicada (p. 47). No entanto, Durkheim queria, aqui, certamente afastar os riscos de uma ciência servil submetida ao político – o que permanece válido.

Evidentemente, sabe-se que o pesquisador jamais poderia situar-se completamente de fora do sistema que analisasse. Um esforço mental era, pois, necessário para se distanciar, em uma certa medida, e, assim, obter dois resultados: uma maior objetividade e uma certa criatividade. Essa estratégia acabou privilegiando os dados quantitativos e a causalidade material, representada pela análise das condições ou fatores objetivos (externos ou inconscientes), para explicar as ações dos

atores sociais (PIRES, 1993b: 196). Em suma, essa estratégia defende: a) a neutralidade do analista como condição para atingir um conhecimento objetivo; b) uma atitude mental frente ao passado, caracterizada por um esforço para, de certa forma, fazer tábula rasa do senso comum, ou romper com ele; c) uma atitude mental face ao presente e ao futuro, caracterizada pela dicotomia contemplação/ação, ou seja, a crença na possibilidade e na vantagem de separar o estudo científico de suas aplicações ou consequências práticas; d) a supremacia do olhar de fora; e) a importância de manter o espírito aberto em relação às descobertas desconcertantes; f) a prioridade de uma causalidade material; e g) o primado dos dados quantitativos. Ora, hoje, não se acredita mais que a neutralidade do pesquisador seja possível (primeiro ponto). Falar em uma análise inteiramente neutra constitui uma forma de mistificação e em voltar a ter uma enorme confiança na metodologia. Pode-se apontar também que a prenoção acarreta, em determinadas condições, um melhor conhecimento do que aquele que se obtém adotando a estratégia que busca eliminar os vieses. A dicotomia contemplação/ação também é questionada em sua formulação mais radical, mas é preciso manter a atitude crítica frente a uma prática da ciência puramente instrumentalista (ponto c). Por fim, os pontos d), f) e g) perdem seu caráter de prioridade geral *a priori*. Porém, o olhar de fora, a causalidade material e os dados quantitativos continuam sendo as formas importantes de esclarecimento do pensamento científico, particularmente no que se refere a alguns problemas de pesquisa.

#### *O modelo 2: a valorização da neutralidade e da observação a partir do interior*

A segunda estratégia se baseia numa oposição filosófica entre o mundo da natureza e o mundo da cultura e foi representada, entre outras, pelas posições de Weber e de Schutz<sup>11</sup>. Ao contrário da precedente, esta estratégia só se aplica ao que concerne aos humanos. Efetivamente, no estudo da natureza, o pesquisador seleciona os fatos e acontecimentos que são *pertinentes* para ele e para o objetivo ao qual se propõe. No entanto, esta pertinência “não é interior à natureza enquanto tal”, mas tão somente “o resultado da atividade seletiva e interpretativa” do pesquisador sobre a natureza que ele observa (SCHUTZ, 1987: 10). Isso quer dizer que o campo de observação do cientista só tem sentido para ele, pois tal campo “não tem nenhuma ‘significação’ para as moléculas, os átomos e os elétrons que o constituem” (p. 10). Em contrapartida, o campo de observação do pesquisador das ciências sociais, o mundo social, “tem uma significação particular e uma estrutura

11. Twenhöfel (1986) argumenta que esses dois autores defendem posições diferentes em relação à pesquisa qualitativa. Eu não examinei esta questão mais de perto. Se ele estiver certo, tratar-se-á de duas variantes desse modelo.

pertinente para os seres humanos, que aí vivem, pensam e agem” (SCHUTZ, 1987:10, grifos meus). Esses seres construíram e interpretaram previamente esse mundo, por inúmeras pré-construções usuais da vida cotidiana, prossegue Schutz, “e são estes objetos de pensamento que determinam o seu comportamento, definem a finalidade de suas ações e os meios úteis para realizá-las – em suma, que os ajudam a se encontrar *no interior de seu meio*, tanto natural quanto sociocultural, e de adaptar-se a eles” (p. 10-11). O ponto de vista interno, isto é, o sentido que os atores atribuem às suas condutas ou à sua vida, constitui, assim, material de observação. Essa estratégia valoriza uma particularidade dos objetos das ciências sociais: o fato de que a subjetividade adquire uma importância capital para a compreensão, interpretação e explicação científica das condutas humanas.

Schutz (1987: 43) considera absurdo negar o fato de que certos modelos abstratos (exprimindo um olhar do exterior), como aqueles adotados pelos economistas, possam ser utilizados com sucesso para resolver inúmeros problemas do mundo social. Porém, ele enfatiza que, certamente, “o postulado de interpretação subjetiva [...] não significa nada além do fato de que, em todos os casos, nós podemos – e, em alguns outros, nós devemos – referir-nos às atividades dos sujeitos no interior do mundo social, e à interpretação das mesmas pelos atores, em termos de sistema de projetos, meios à disposição, motivos, pertinências, e assim por diante” (p. 43)<sup>12</sup>. Gratton (1996) mostra, aliás, numa pesquisa sobre o suicídio entre os jovens quebequenses, a diferença entre essas duas formas de esclarecimento. Depois de ter examinado “de dentro”, a partir da história de vida dos suicidas, as significações sociais do suicídio, ela explora, “desta vez, de um ponto de vista sociológico exterior”, as razões sociais desse tipo de suicídio (GRATTON, 1996: 271).

Volta-se, aqui também, à ideia de neutralidade e à dicotomia contemplação/ação, que caracteriza a atitude mental para com o presente e o futuro. A versão mais extrema dessas teses se encontra em Schutz (1987). Ele vê a atitude do sociólogo como “a de um observador desinteressado do mundo social”, “que não está comprometido com a situação observada, a qual não apresenta para ele nenhum interesse prático, mas somente um interesse cognitivo”. Para este pesquisador idealizado, o mundo social “não é o palco de suas atividades, mas somente o objeto de sua *contemplação*” (1987 – grifo meu). E esse desinteresse deve ser bem marcado, “no fato de que ele se impede intencionalmente de participar da totalidade dos planos, das relações entre meios e fins, motivos e oportunidades, esperanças e temo-

12. Twenhöfel (1986: 375-376) interpreta Schutz de uma outra maneira. Em sua opinião, Schutz faz uma distinção mais clara entre o modelo das ciências naturais e aquele que conviria melhor às ciências sociais. Seja como for, o que conta para nós, aqui, é mostrar que as duas estratégias não produzem o mesmo esclarecimento, e que o pesquisador pode passar de uma à outra.

res, que o ator utiliza no mundo social, para interpretar a experiência que adquire dele” (p. 219). Há aqui também um consenso com o primeiro modelo.

A posição de Weber é possivelmente mais aberta – como o argumentou Twenhöfel (1986) – às motivações práticas e políticas de *alguns* pesquisadores qualitativos, do que a de Schutz, que reproduz uma ótica científica estrita. Neste sentido, ela constituiria uma variante interna, embora permaneça no interior desse modelo, se comparada aos dois outros: um insistindo sobre o olhar do exterior e o outro questionando a dicotomia contemplação/ação e a ideia de neutralidade.

Comparativamente ao primeiro modelo, encontra-se aí uma certa ambivalência quanto à atitude a adotar em relação ao passado. As ideias de neutralidade e de contemplação deixam entrever uma ruptura com o senso comum. Tal parece ser a posição de Schutz. Por outro lado, o reconhecimento das pré-construções do senso comum, como construções inevitáveis do primeiro grau sobre as quais o sociólogo deve cuidadosamente trabalhar, assinala, às vezes, a existência de uma ligação permanente entre esses diferentes tipos de saber.

Se esse modelo não se distingue de modo marcante do primeiro, no que se refere à ideia de neutralidade, ele é o seu oposto, em outros níveis. Ele privilegia o olhar do interior, os dados qualitativos e a causalidade intencional e de interpretação. Enfim, ele valoriza o reconhecimento escrupuloso daquilo que Weber (1922: 147) chamou de “fatos inconvenientes” e que a Escola de Chicago designará pela expressão “casos negativos”.

A Escola de Chicago pode ser considerada como uma outra variante – ainda que menos pura – desse modelo? A resposta não é fácil e eu me contentarei em indicar a dificuldade, sem desenvolver mais adiante essa questão. Por alto, esta dificuldade gira em torno da tese da neutralidade, de um lado; e, de outro, das posições tomadas por essa Escola em um campo de estudo específico: o da sociologia do desvio.

Digamos que, considerada em seu conjunto e sem distinção de seus períodos de evolução, a Escola de Chicago não questiona fundamentalmente a tese da neutralidade científica e insiste de maneira incisiva na necessidade de levar em conta o ponto de vista dos atores sociais que *se pesquisa*, sejam eles “*underdogs*” ou “*overdogs*”, para tomar as palavras de Gouldner (1968: 104). É neste ponto que ela se aproxima, em suas grandes linhas, tanto de Weber quanto de Schutz. Mas, essa posição metodológica de base já se acompanha aqui de uma valorização não menos importante da “abertura” e da “complementaridade” dos pontos de vista, e inclusive da busca de uma “visão do todo” (*all-around*) (BLUMER, 1969: 40-41, 44). Isso indica a articulação de um ponto de vista de dentro com um olhar de fora. A análise ecológica e a confrontação do ponto de vista do desviante com o dos *experts* ou com seu dossiê institucional são exemplos dessa articulação, que pode ocorrer no âmbito de uma mesma pesquisa, ou como resultado global de um conjunto de pesquisas “unilaterais” (*one-sided*). Essa complementaridade é também percebida como um meio de

atingir a objetividade ou de chegar a uma espécie de neutralidade ao término do processo (BECKER, 1967). A Escola de Chicago foi até censurada, sobretudo no final dos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, por não ser suficientemente crítica e não denunciar de maneira clara as diferentes formas de relação e dominação, inclusive as relações de sexo<sup>13</sup>. Visto dessa forma, o modelo da Escola de Chicago se encontra enraizado no segundo modelo, com aberturas para o primeiro.

Por outro lado, em sua prática de pesquisa no campo da sociologia do desvio, a Escola de Chicago atribuirá uma preferência empírica efetiva ao olhar de baixo, isto é, ao do ponto de vista (*standpoint*) do desviante. Além disso, resulta de certos estudos, como os de Sellin (1938), e Shaw e McKay (1942), uma intenção de lutar contra as interpretações racistas da criminalidade<sup>14</sup>. Alguns pesquisadores interacionistas também inseriram a perspectiva feminista e, neste sentido, abdicaram largamente do envolvimento na neutralidade<sup>15</sup>. Portanto, essa Escola parece excluir, ao menos até um certo ponto, aqui, a tese da neutralidade, e essa ambivalência se reflete também no estudo teórico de Becker (1967), sobre essa questão. Isso leva a uma articulação do olhar do interior com o olhar de baixo. Vista desta maneira, a Escola de Chicago estaria mais próxima do terceiro modelo, ou seria uma variante do segundo modelo que contém elementos dos outros modelos e possibilidades de articulação com eles.

### *O modelo 3: a valorização da prenoção e da observação a partir de baixo*

O terceiro modelo de busca da verdade deriva de uma leitura marxista do pensamento de Hegel e privilegia uma via aparentemente paradoxal para chegar ao conhecimento objetivo: o olhar “de baixo” da escala social; isto é, um olhar que assume, de início, explicitamente, um certo tipo de prenoção. Esse modelo é, assim, portador de uma pretensão escandalosa, comparativamente aos dois precedentes. Segundo esse modo de ver, os interesses sociais influem na objetividade dos sujeitos. Quanto mais temos interesses a defender, mais reduzida é nossa capacidade de ver as coisas tais quais são, e maior é a nossa propensão a nos distanciarmos da verdade. Defende-se, assim, a necessidade de adotar voluntariamente um olhar partidário, definido em função do ponto de vista daquele ou daquela que se encontra na situação mais desvantajosa. Este viés é, portanto, um *viés-anti-viés*, uma vacina destinada a imunizar o conhecimento contra o germe correspondente. Este “viés de perspectiva dominada”, aplicado cuidadosamente, teria, então, um efeito corretivo passível de contrabalançar outros vieses de perspectiva.

13. Para uma visão de conjunto das críticas, durante este período, cf. Meltzer, Petras e Reynolds (1975). As críticas feministas chegarão naturalmente mais tarde, em razão de seu próprio desenvolvimento. Para uma visão geral, cf. Parent (1997).

14. Cf. a respeito a recente tese de Brion (1995).

15. Cf., entre outros, Schur (1984).

Uma das primeiras justificativas teóricas dessa orientação tem suas bases na *Fenomenologia do espírito* (1807), de Hegel, quando ele expõe as relações entre o senhor e o escravo, ou, mais precisamente, a dialética da dominação e da servidão<sup>16</sup>. O argumento, sucintamente transposto para o nosso problema, era o de que as condições concretas de vida de um grupo determinam sua maneira de compreender e de ver o mundo social. A ideia central é a de que “o que nós fazemos modela e limita o que nós podemos conhecer” (HARDING, 1987: 185), particularmente se nós assumimos o olhar do senhor. Segundo esse argumento, comparando-se o ponto de vista do senhor ao do escravo em relação às condições de vida em sua sociedade, somos obrigados a concluir que eles não “veem” a mesma coisa, e que o senhor terá, por diferentes razões, tendência a dissimular e a justificar a opressão do escravo, e que este, devido ao temor, o serviço e o trabalho, é tanto mais predisposto a ver melhor, quanto se predispõe, ao mesmo tempo, a um processo de transformação do mundo (que se espera ser mais adequado para todos). Os interesses e o condicionamento social do senhor impedem-no de ver as coisas como elas o seriam “realmente” e produzem um desinteresse pela mudança, e mesmo um gosto pelo *status quo*.

Em geral, nas primeiras formulações marxistas anteriores aos anos 1970, esse modelo toma de imediato a preferência pela causalidade material e pelos dados quantitativos. A estas características soma-se uma preocupação maior com a análise histórica. Consequentemente, o modelo articula, sem o explicitar, o olhar de baixo com o olhar do exterior. Na teoria marxista, aliás, o olhar do exterior foi preferido ao olhar do interior e o estatuto teórico deste último tornou-se precário: ele corre frequentemente o risco de ser assimilado à falsa consciência, quando ele se afasta do olhar teórico de fora. Parece, então, que um certo dogmatismo teórico acabou prevalecendo à fecundidade do modelo, pois se a teoria buscou assumir o ponto de vista de baixo, ele não impede que ela venha do alto e se ela não levar em conta corretamente o ponto de vista interno de baixo, ela perderá uma parte de sua capacidade crítica e criativa.

16. Deixo de lado, aqui, os aspectos propriamente filosóficos dessa passagem. Digamos apenas que, para Hegel, é a consciência servil que, em seu desenvolvimento, realiza verdadeiramente a independência ou a emancipação e “ela a realiza nos três momentos inseparáveis do *medo* [primordial], do *serviço* e do *trabalho*” (HYPPOLITE, 1946: 168). O medo primordial é o medo de vida e de morte, e não um medo qualquer. O senhor, por suas condições de vida fácil, eleva-se imediatamente acima de todas as vicissitudes da existência, mas, assim, a essência da vida não se apresentou a ele como se apresentou ao escravo. Para Hegel, a consciência humana “só pode se formar por essa angústia que pesa sobre o *todo* de seu ser” (p. 169). Além disso, pelo serviço particular prestado ao senhor, a consciência do escravo se disciplina e deixa de ser aí natural (p. 169). Por fim, o trabalho (pode-se dar a isso um sentido amplo, que ultrapassa o trabalho produtivo) transforma a servidão em vontade de mudar o mundo: “O senhor conseguia satisfazer completamente seu desejo; ele ia do gozo à negação completa da coisa; mas, o escravo [...] só podia transformar o mundo e torná-lo, assim, adequado ao desejo humano” (p. 169-170).

Provavelmente, em parte por esse motivo, a demonstração do valor da prenoção como correção de um outro viés de perspectiva não foi realizada de maneira suficientemente convincente no âmbito do marxismo. E este fracasso não é fácil de ser explicado, considerando-se a imensa contribuição do pensamento marxista ao conjunto do pensamento crítico no Ocidente. Seja como for, tomado em sua radicalidade, o argumento do modelo – de que do alto não se vê nada corretamente – é, hoje, insustentável, embora o argumento radicalmente inverso, segundo o qual as condições de vida não influem em nossa compreensão do mundo, o seja ainda mais. A posição social *pode* ser uma fonte de vieses e, nestes casos, adotar um viés oposto permite ver e corrigir o viés precedente.

Esse modelo foi retomado de maneira muito mais convincente e eficaz, aproximadamente no final dos anos 1970, por uma das perspectivas epistemológicas feministas, aquela “do ponto de vista das mulheres” (*feminist standpoint*)<sup>17</sup>. Para meus objetivos, saliento que esta perspectiva enfatizou tanto o papel do ponto de vista de baixo – aqui interpretado no âmbito das relações de dominação homem-mulher – quanto o do ponto de vista do interior, mais do que o do olhar do exterior. O modelo também foi retomado por diversas abordagens – ditas, por vezes, neomarxistas, feministas-marxistas, radicais, etc. – preocupadas com a necessidade de dar conta de outras formas de dominação (de sexo, de raça), bem como da situação vivida por outros grupos oprimidos que não a classe operária (os desempregados, os detentos, os doentes mentais, os jovens, as pessoas portadoras de deficiências, as prostitutas, etc.). Nessa nova forma, o terceiro modelo integra – ou privilegia, conforme o caso – alguns aspectos-chave do segundo modelo: o olhar do interior, as causalidades intencional e a de interpretação, e os dados qualitativos. Ele apresenta também uma abertura para o ponto de vista do exterior, e, conseqüentemente, uma certa tendência a se articular a outros modelos.

Paralelamente a essas tendências, a história da antropologia também mostrou claramente a superioridade científica de um ponto de vista partidário frente a todos os problemas do etnocentrismo e do racismo (MILLER, 1983: 747). Miller argumenta que quando as “forças sociais criam uma forte pressão para se distanciar da verdade, a contrapressão de alguns envoltivos partidários para mudar o *status quo* pode ser mais produtiva cientificamente, do que a neutralidade” (p. 747). Com efeito, diz ele, “como se pode resistir melhor a estas pressões [dominantes], que impelem para a deformação da verdade?” E ele responde que uma “injunção para cultivar sentimentos antirracistas durante a pesquisa produziria uma melhor metodologia do que a injunção para ser neutro”. O apego à verdade pode ser uma defesa suficiente para barrar as pressões sociais difusas em direção ao conformismo (p. 748), embora o apego à mudança possa ser mais importante e eficaz de um

17. Harding (1987) distingue três posições feministas no plano epistemológico: o empiricismo feminista, o feminismo do ponto de vista das mulheres (ou da prenoção das mulheres) e as epistemologias de transição (*transitional epistemologies*) ou pós-modernas. Não posso me ocupar dessas diferenças, aqui.

ponto de vista científico, quando é preciso navegar na contracorrente dos costumes culturais ou intelectuais em relação a determinadas questões.

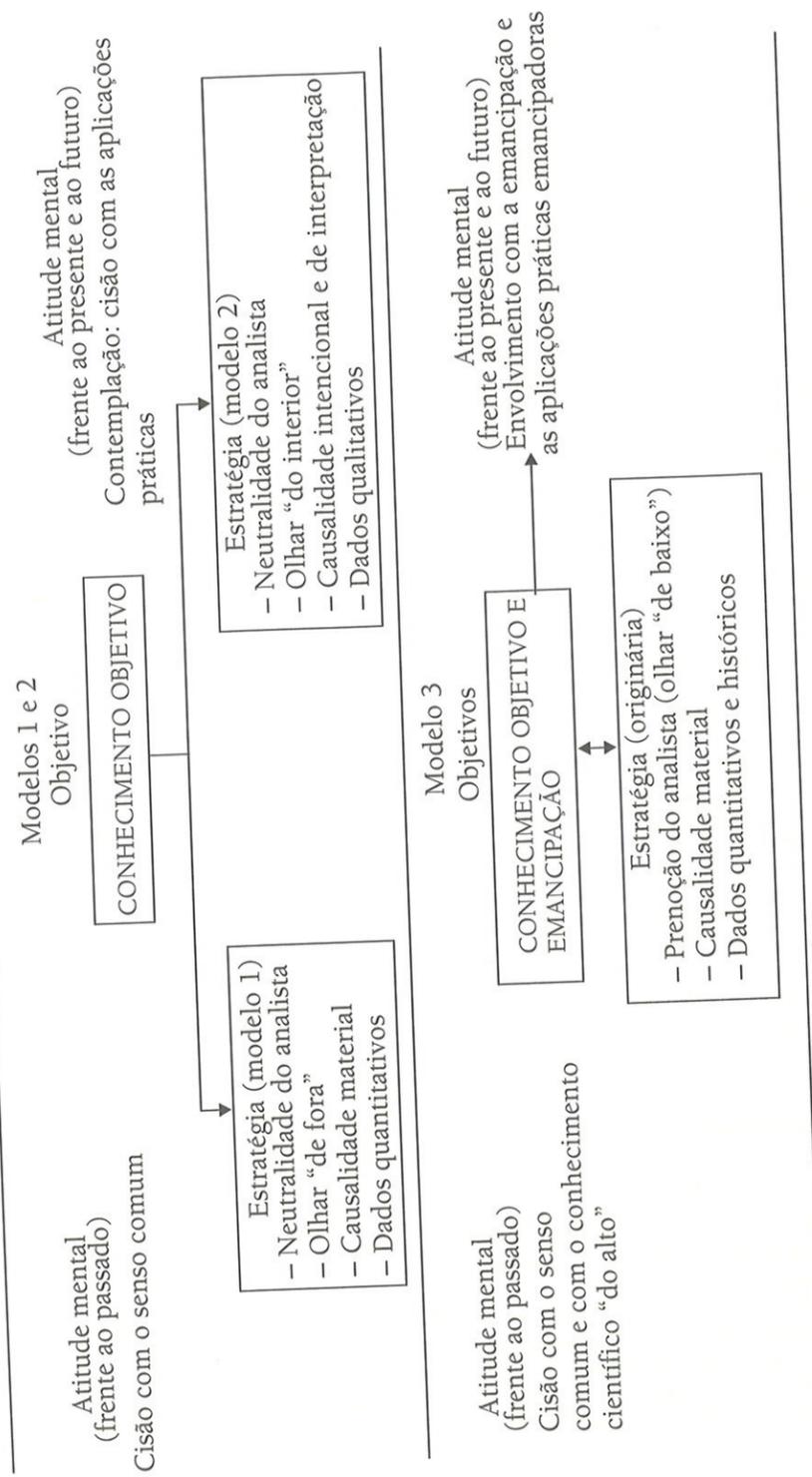
No início dos anos 1990, percebiam-se claramente as formas de articulação entre os três modelos, bastando lembrar três aspectos desta questão. Em primeiro lugar, o feminismo, em seu conjunto, explorou as três diferentes estratégias aqui indicadas, provocando, assim, debates no interior mesmo do feminismo (e com as outras perspectivas). Resultaram daí ajustamentos progressivos do terceiro modelo e trabalhos bastante interessantes, particularmente na confrontação da abordagem do “ponto de vista das mulheres” com as abordagens pós-modernas (HARDING, 1986, 1987, 1991; CAIN, 1990; PARENT, 1997). O feminismo tenta agora integrar, com algumas correções, os três modelos para apreender a verdade. Essas abordagens acabaram por evitar o risco de dogmatismo e por preservar a “preocupação constante da reflexividade epistêmica”, para tomar os termos de Bourdieu (WACQUANT, 1992: 34). Depois, a própria Escola de Chicago deu – e dá ainda – contribuições ou aberturas para a integração dos modelos. Por fim, um grande número de pesquisadores, sem rótulo de escola particular, vão também nessa direção. Creio que as reflexões sobre o modelo de uma metodologia geral expressam e integram esse movimento. A figura 1 dá uma visão de conjunto dos três modelos apresentados.

#### As formas de medida e sua função “criadora”

O olhar do exterior considerou frequentemente a medida quantitativa como um critério de cientificidade, em parte porque ela permite efetivamente conferir a aspectos particulares da realidade um certo grau e uma certa forma de exatidão ou de precisão. Porém, o pesquisador deve ter em mente que a finalidade é a *precisão*, e não a medida quantitativa; que há pelo menos *três formas de precisão*, uma teórica<sup>18</sup> e duas empíricas (quantitativa e qualitativa); que é preciso encontrar a *forma empírica* e o *grau de precisão* que convêm aos aspectos do fenômeno que lhe interessa; e que a medida (qualitativa ou quantitativa) também tem outras funções, além de proporcionar forma e grau de precisão. Deve-se também prestar atenção para não supervalorizar a preocupação com a precisão empírica no contexto da atividade científica como um todo, pois tal preocupação ocupa um lugar secundário em relação ao aprofundamento do “sentido do problema” (BACHELARD, 1938: 212-216). Com efeito, diz Bachelard, “a preocupação com precisão leva também alguns espíritos a proporem problemas insignificantes” (p. 215).

18. A precisão teórica resulta, entre outras coisas, do julgamento de que o pesquisador deve basear-se na significação (teórica) das medidas empíricas que ele toma. No quantitativo, a controvérsia sobre o significado dos testes estatísticos de significação constitui um exemplo. Há aqui um cruzamento de duas disciplinas ou, como o diz Bachelard (1938: 214), de “duas precisões”: a das matemáticas e a da disciplina “substantiva” do pesquisador (sociologia, psicologia, etc.). No qualitativo, o referido julgamento se dá na mesma disciplina, mas também considera relações entre os níveis empírico e teórico. Porém, a precisão teórica concerne também ao processo de generalização (cf. mais adiante, na presente obra, meu capítulo “Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico”).

FIGURA 1  
Três estratégias-tipo de busca da objetividade nas ciências sociais



Em relação ao grau da medida qualitativa ou quantitativa, é preciso evitar os excessos, e não só as carências. Pode-se dizer, juntamente com Bachelard, que "o excesso de precisão, no reino da quantidade, corresponde mais exatamente ao excesso do pitoresco, no reino da qualidade. A precisão numérica é, geralmente, uma batalha de números, como o pitoresco é, para falar como Baudelaire, uma 'batalha de detalhes'" (BACHELARD, 1938: 212-213). O pesquisador deve resolver aqui o problema da exata medida das (formas de) medidas. A precisão pode, assim, ser ilusória ou enganosa. Para além desta questão, não se devem perder de vista outros aspectos importantes da medida, seja sua função de *criatividade*, ou de descoberta, e também sua função *reflexiva*. Estas duas últimas funções a situam numa cadeia muito mais longa de atividades humanas, pois, para citar ainda uma vez Bachelard (1934: 7), "se a atividade científica mede, é preciso raciocinar; se ela raciocina, é preciso medir".

Propondo-me a explorar essas duas funções, começarei citando uma outra frase de Bachelard, que diz o seguinte: "É preciso refletir para medir, e não medir para refletir" (BACHELARD, 1938: 213). Se eu retirasse intencionalmente esta frase de seu contexto, eu diria que Bachelard está, ao mesmo tempo, certo e errado. Ele está certo, porque toda atividade de medida pede uma reflexão prévia sobre o que se pretende medir e sobre a significação que esta medida pode ter, na falta da qual faz-se operar a medida no vazio. Mas, se considerássemos essa afirmação em sua radicalidade, ele estaria também errado, uma vez que, como o observa Moles (1990: 43), a medida é, para aquele que explora seu objeto *in statu nascendi* – em estado nascente –, uma maneira de criar uma ideia nova e de se opor aos primeiros impulsos de sua própria subjetividade. Como o diz Moles, medir é um modo de encontrar a "estranheza criativa". Quando o pesquisador estiver curto de ideias, e não souber o que fazer com seu objeto, a medida aparecerá como uma forma de criar uma ideia nova. Aliás, é por esta razão que o responsável pelo laboratório geralmente sugere ao jovem pesquisador medir para "ver acontecer", e medir todos os aspectos possíveis do fenômeno que ele quer pesquisar (p. 43): existe aqui "a esperança vaga – mas frequentemente realizada – de que, por fim, emergirá dessa familiarização distante uma *ideia* permitindo tomar à parte o fenômeno de maneira operacional". O conselho é, aparentemente, surpreendente, pois ele toma a direção inversa: convida-se o analista a medir para refletir e para ter ideias.

Certamente, isso não significa que não se deva refletir para medir, mas tão somente que a medida tem também o efeito de levar a refletir e de criar um espaço propício à criatividade. Trata-se mais de dois momentos diferentes, mas complementares, da atividade de medida. Aquele ou aquela que já fez pesquisa quantitativa conhece bem essa etapa em que se vai medir, construir diferentes quadros, cruzar diferentes variáveis, para se dar uma ideia. Essa operação de atuação de diferentes variáveis pressupõe, sem dúvida alguma, uma reflexão, a qual não seria senão a reflexão que se faz durante a própria ação de medir, mas que engendra, por sua vez, a oportunidade de uma outra reflexão, a partir dos resultados assim ex-

postos. Do mesmo modo, aquele ou aquela que já trabalhou com qualitativo, também viveu essa experiência de “ver” aparecer uma influência particular sobre seu objeto, ou de ver emergir uma pista nova depois de ter ido a campo, ou de ter realizado uma ou duas entrevistas. Ao longo da análise de um material qualitativo, a mesma função se manifesta. Por que isto? Porque a medida permite efetivamente tomar suas distâncias em relação ao objeto, ou, se preferível, criar as condições incitando a explorar o objeto com curiosidade, mais do que se precipitar sobre ele com uma pré-resposta ou uma expectativa muito específica.

A medida tem, portanto, o efeito de abrir um espaço novo entre o pesquisador e seu objeto, ou de introduzir – para retomar aqui uma magnífica imagem de Simmel (1908: 57) – “um elemento frio” no calor da relação entre o analista e seu objeto. Este “elemento frio” não é, certamente, miraculoso: ele não elimina todas as prenoções do pesquisador, mas fornece as condições para afastar, sem dúvida, uma certa quantidade delas, pois se ele permanecer curioso, atento e preocupado com a criação de uma ideia, ele poderá eventualmente fazer surgir alguma coisa na qual ele não havia pensado, ou introduzir uma dúvida em relação a algo em que ele havia acreditado. Nesse sentido, a medida pode ir ao encontro de *algumas* de suas prenoções, ou ao menos de um certo número de suas expectativas.

Quando Moles ou Bachelard falam em medida, eles dão um sentido estatístico a esta palavra. Ora, eu adoto de preferência a via sugerida por Houle (1982: 5), que restitui à noção de medida seu sentido amplo. Pode-se falar em uma medida qualitativa, quando ela se apoia em materiais qualitativos. Além disso, eu gostaria de salientar que há ao menos *duas estratégias* para atingir essa “familiarização distante” e distanciada, que caracteriza a medida no sentido amplo (quantitativa e qualitativa): aquela que tende a *afastar* o objeto, dando uma descrição através dos números, e aquela que tende a *afastar* o sujeito ou, melhor ainda, a fazer *interiorizar* o objeto, dando uma descrição através das letras. Haveria, então, ao menos dois meios: o que Moles (1990: 44) denomina o “jogo das grandezas” ou a medida-grandeza, e o que eu chamo de o jogo dos papéis ou a medida-escuta, isto é, colocar-se no lugar do outro – no sentido material ou metafórico – para melhor escutar, observar ou dialogar.

Essas duas estratégias preenchem as próprias funções epistemológicas: trata-se de neutralizar certos aspectos da subjetividade do pesquisador, algumas pré-respostas ao problema, e de criar espaço para fazer emergir uma ideia nova ao longo da atividade de pesquisa. De fato, podem-se “caçar” certos impulsos ou primeiras respostas, ao menos de dois modos: arremessando o objeto longe de nós, pelo jogo das grandezas, ou, ao contrário, atraindo o objeto para nós, pelo jogo dos papéis. Neste último caso, o pesquisador expulsa alguns aspectos de sua subjetividade, preenchendo o espaço (metafórico) de sua subjetividade com a presença fenomenal do objeto-sujeito. É por preenchimento, por impregnação, por um esforço de deslocamento, que ele abre a porta à criatividade e à reflexão teórica. Afastando seu objeto pela medida quantitativa, o pesquisador “vê” diferentemente este

objeto, do mesmo modo que o atraindo para si, pelo esforço de colocar-se no lugar ou no contexto do outro, ele também “vê” diferentemente esse objeto. Esse outro tipo de exercício, que se efetua num movimento aparentemente oposto, atinge o mesmo efeito epistemológico. Desde então, temos duas palavras-chave para qualificar o distanciamento da subjetividade: o afastamento e a interiorização (ou a mudança de papel).

Tanto a medida-grandeza quanto a medida-papel (ou escuta) permitem, respectivamente, “ver acontecer”. Estas medidas são, ao mesmo tempo, o resultado da reflexão teórica e a fonte de uma nova reflexão teórica, ou de uma reflexão renovada. Para fazer figura, pode-se dizer que a primeira é tipicamente representada pela conduta do físico, o que não quer dizer, longe disso, que ela seja imprópria às ciências sociais; a segunda, pela conduta do antropólogo, que deixa a outra cultura ou a cultura do outro penetrar nele. Eu não me refiro aqui, certamente, às disciplinas, mas ao espírito padrão dessas duas estratégias de produção da objetivação. Verifica-se que, sob esse ângulo, os pesquisadores qualitativos e quantitativos trabalham de modo inteiramente análogo e que as duas formas de medida têm as mesmas funções epistemológicas centrais, a despeito de suas diferenças, por outro lado. Nesse sentido, a medida tem a dupla função de explorar refletindo e de refletir explorando. Não há solução de continuidade entre esses dois termos.

#### As “digressões sobre o estrangeiro” revisitadas

Deve-se a Simmel (1908) uma das mais belas páginas da sociologia, no que se refere ao esforço de objetivação. Podem-se ver as observações a seguir como a apresentação de um quarto modelo, que não anula os precedentes, pois estes recobrem constantemente opções ainda válidas (com as correções necessárias), conforme os objetos que se atribui. Porém, eles também podem ser vistos como um modelo sintético mais heurístico e capaz de exprimir uma visão geral da metodologia. Proponho, aqui, uma releitura livre do texto de Simmel, “Digressões sobre o estrangeiro”.

Simmel constrói sua metáfora da objetivação em torno da imagem do estrangeiro. Para ele, o estrangeiro se distingue do simples viajante, que é aquele que chega num dia e parte no seguinte. O viajante é aquele que não tem ponto de ligação particular, que não assume compromisso com ninguém e com nada. É o próprio ideal do personagem neutro. Mas, este personagem não tem aqui o belo papel. O estrangeiro, em contrapartida, é aquele que chegou hoje e permanecerá no dia seguinte. Ele veio para ficar, e ainda que ele não tenha prosseguido seu caminho, *ele não abandonou totalmente a sua liberdade de se deslocar*. Simmel também caracteriza o estrangeiro por dois outros traços típicos do estrangeiro, mas que me parecem não essenciais para o uso teórico da metáfora. O estrangeiro é ligado a um grupo espacialmente determinado, e ele não faz parte do grupo desde o início. A ligação espacial não me parece, para meus objetivos, ser uma característica importante. O não pertencimento ao grupo, entretanto, não pode ser abandonado, sem que se re-

tenha um elemento importante para Simmel e para a própria eficácia da metáfora: o fato de que ele não esteja a reboque da perspectiva do grupo. Efetivamente, Simmel situa o estrangeiro entre dois polos ideal-típicos: de um lado, o viajante exterior e sem compromisso, e, de outro, o membro incondicional e completamente identificado com o grupo, o qual “está bem à vista” para o membro incondicional, para retomar a imagem de Lacan, no seminário sobre “A carta roubada”. Mas, é possível dar conta, nessa metáfora, da mulher ou do pesquisador etnicizado que, pertencendo totalmente ao seu grupo desde o início, não desempenha o papel do membro cuja proximidade em relação ao grupo é tal que ela lhe é evidente? Eu creio que sim, mas é preciso, então, imaginar que o estrangeiro – chamemo-lo, ainda, deste modo – pode ser membro de seu grupo desde o início, *mas sob a condição* de que ele se tenha atribuído a capacidade de viajar. Esse pode ser o caso, por exemplo, se ele foi estrangeiro alhures, tendo aprendido, então, a tomar alguma distância em relação ao seu grupo de origem. Em realidade, surge, assim, no texto de Simmel, uma outra caracterização do estrangeiro: “Ele é a *unidade* entre a distância e a proximidade” (SIMMEL, 1908: 53 – grifos meus). Esta unidade – insiste Simmel – está presente em *toda relação humana*, mas ela *se organiza, aqui*, segundo uma forma particular. Simmel parece dizer que, na realidade, nem o viajante puro, nem o “pertencente” puro existem. Contudo, há qualquer coisa de particular no personagem do estrangeiro que permanece importante e que não se deve perder de vista: sua *mobilidade* (p. 55), sua capacidade de viajar, seu *elemento frio*.

O personagem do estrangeiro é constituído de componentes integrativos e de oposição: Simmel (1908: 54) diz que ele é um elemento do grupo, “*assim como o pobre e os diversos ‘inimigos de dentro’*, um elemento cuja *posição interna e pertencimento* implicam, ao mesmo tempo, exterioridade e oposição”. Deve-se compreender que é a sua posição interna que o distingue dos outros elementos do grupo? Parece bem que sim, já que ele pertence, *por outro lado*, ao grupo. E essa posição interna é caracterizada, por sua vez, pelo elemento frio que o estatuto particular do estrangeiro (como o do pobre e o dos outros “inimigos de dentro”) introduz na relação, pois, enquanto pobre e oponente potencial, ele não está lá apenas para dizer “*amém*” (“sim, assim seja”). A função (auto)crítica *indispensável* ao pensamento científico encontra aí uma opção de escolha. Certamente, a despeito desse elemento frio, o estrangeiro é também um amigo e um aliado preocupado com o grupo e possuído pelo desejo de transformar o mundo de modo mais adequado e interessante para o ser humano.

Simmel (1908: 55-56) vê a objetividade como uma combinação entre proximidade e distância, entre olhar do interior e do exterior, como também entre olhar de baixo (o pobre) e solidariedade (o amigo, o aliado). O *esforço de objetivação* exige assim: primeiramente, *vinculação e interesse* pelo grupo; em seguida, *distância* em relação aos particularismos do grupo ou, pelo menos, a algumas de suas parcialidades. Simmel escreve que o estrangeiro “se coloca à margem, com a atitude espe-

cífica da *objetividade*, a qual não indica a separação ou o desinteresse, mas resulta preferencialmente da combinação particular entre a proximidade e a distância, a atenção e a indiferença”. Objetividade não é, portanto, sinônimo de *neutralidade* ou de *desinteresse*. Porém, estar *vinculado e interessado* – isto é, não ser neutro – não implica, o contexto dessa combinação particular, pôr-se a reboque do grupo ou aceitar tudo a partir de um ponto de vista determinado.

Simmel nos reserva outras surpresas: “A objetividade não se define em nenhum caso como *ausência de participação*; senão, nós estaríamos completamente fora da relação, seja ela subjetiva ou objetiva. Ela é um *tipo particular* de participação, semelhante à objetividade da observação teórica” (SIMMEL, 1908: 56 – grifos meus). E como ele entende esta “observação teórica”? Assim como “ela não pressupõe que o espírito seja uma *tábula rasa* sobre a qual as coisas inscreveriam seus caracteres, mas ao contrário, que ele esteja em plena atividade [...]” (p. 56), ela também não exige a não participação. Contudo, o pesquisador que faz um esforço de objetivação “não foi tomado [conscientemente] por nenhuma espécie de envolvimento capaz de fazê-lo prejudicar o que ele percebe, o que ele compreende, ou a sua avaliação do que é dado” (p. 56). Em suma, a objetivação não é incompatível com a participação, mas somente com a participação apologética.

Não há ruptura simples entre teoria e prática, ou entre ciências fundamentais e ciências aplicadas: toda ciência (social) *participa*, quer ela o queira ou não, já que sem participação – poder-se-ia dizer, continuando o pensamento de Simmel –, não há nem objetividade, nem subjetividade; ou seja, não existe pesquisa, simplesmente. Porém, é preciso procurar *essa forma mais aceitável e mais válida* de participação, que consiste em conservar a liberdade de viajar ou de se deslocar (no plano do conhecimento e do tipo de ação). Além disso, a estratégia da *tábula rasa* cede lugar a uma estratégia ativa do espírito que desenvolve seus conhecimentos e sua atitude participativa-crítica. Eis o papel específico do estrangeiro-pesquisador: “Ele é mais livre *prática e teoricamente*, ele examina as relações com menos preconceitos, ele as submete a modelos mais gerais, mais objetivos, ele não se apega, por seus atos, a respeitar a tradição, a devoção, ou seus predecessores” (SIMMEL, 1908: 56). Notemos que Simmel diz exatamente “*mais objetivo*”, “*mais livre*”, etc. Ele também faz referência a uma liberdade *prática e teórica*. Pode-se interpretar esta última, principalmente como a capacidade de se apartar, se for preciso, e em diferentes graus, *de uma única perspectiva* epistemológica, *de um único modo* de conceber os diferentes objetos, *de uma única corrente* teórica e *de um único tipo* de pesquisa empírica. É preciso estar preparado para viajar em todas as direções. Por fim, enfatizando os *atos* do pesquisador, ele nos faz ver que nossos envolvimento são inevitáveis.

Ao término dessas reflexões, nota-se bem como é difícil encontrar uma imagem ou mesmo uma expressão para caracterizar essa estratégia de conhecimento

que favorece um olhar *pronto* para viajar, ou portador de um *elemento frio*. Simmel o associou ao *status* teórico de estrangeiro. Para ele, o estrangeiro é o personagem que melhor exprime essa relação de conhecimento, que “comporta uma dimensão de distância e uma dimensão de proximidade”, e, sobretudo, uma combinação particular destas dimensões e uma tensão mútua (SIMMEL, 1908: 58-59). Hoje, podemos nos perguntar se a imagem do estrangeiro é a única forma, ou mesmo a melhor forma, de exprimir essa relação de conhecimento. A perspectiva feminista “do ponto de vista das mulheres”, por exemplo, escolheu a imagem da identidade e da proximidade. Advinha-se o problema. É que, de fato, a partir das próprias observações de Simmel, parece só haver duas entradas possíveis: a *distância* ou a *proximidade*. Para caracterizar sua metáfora, Simmel reteve a ideia de *distância*, pois é bem isto que designa o *status* do estrangeiro: ele não *nasceu* no grupo; *no início*, ele não estava aí. De onde também a necessidade de caracterizar o estrangeiro por essa ausência originária, nativa. Todavia, nada impede de dizer que este elemento, a ausência originária, é fortuito, para Simmel. De fato, o que conta é a “combinação *particular*” e a “tensão mútua que produz essa relação” (p. 59). Não se pode, então, caracterizar também essa combinação particular pelo polo da proximidade (sob condição de conservar o elemento frio), já que o estrangeiro é, no fim das contas, esse *amigo* e esse *aliado* que *já está aí* e que *permanecerá no dia seguinte*? Sua “estrangeirice” é mesmo um atributo ontológico, sua essência, do que o fruto de uma *relação*: ele é estrangeiro, assim como o *pobre* e os outros “inimigos de dentro” – que, no entanto, são membros orgânicos do grupo – são *também estrangeiros*. Sua estrangeirice procede desse elemento frio que lhe confere essa *tripla liberdade* que o membro incondicional do grupo só possui de uma outra maneira, ou ainda, em um outro grau: a liberdade *política* de ir e vir, no que diz respeito às orientações políticas do grupo; a liberdade *ética* de ter em conta gradualmente outros grupos oprimidos (além dos semelhantes), e de avançar para um humanismo compreensivo capaz de incluir a humanidade inteira; a liberdade de *conhecimento (teórico)* passível de introduzir diversas formas de demarcação. Demarcação em relação a dogmatismos que limitam a reflexão teórica e a liberdade do pesquisador de “ir ver alhures”, e em relação ao que Bourdieu denomina o “viés intelectualista”, isto é, essa tendência de conceber o mundo como um espetáculo (a contemplar), “mais do que como problemas concretos pedindo soluções práticas” (WACQUANT, 1992: 34).

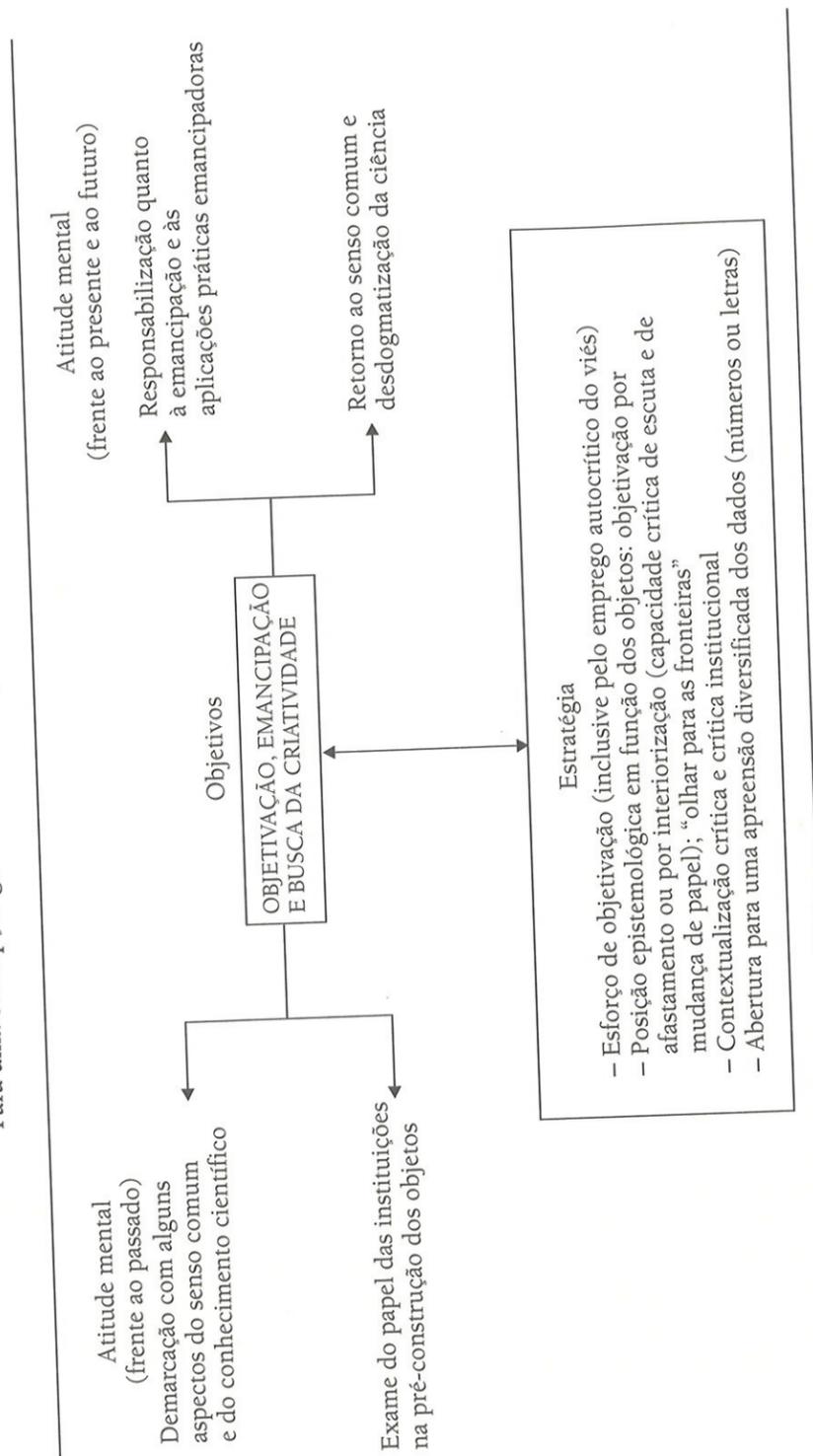
Ora, a perspectiva feminista “do ponto de vista das mulheres” levou a uma outra forma de conceber uma estratégia semelhante de conhecimento, ao tomar a outra entrada da relação: a proximidade, a visão do interior, e, mesmo, a origem, como ponto primordial. De fato, é possível reescrever o texto de Simmel sem traír a base de seu pensamento, mas evidenciando, desta vez, o personagem do simpatizante-crítico, ou do pertencente-crítico, mais do que o do estrangeiro. Isso porque, à medida que o debate no feminismo progrediu, tomou-se consciência de que os dois polos – a identidade e a diferença – não eram *necessariamente* opostos, mas

deveriam fazer parte de um processo unitário de conhecimento inicialmente baseado, contudo, numa prenoção de pertencimento que não abandona, para tanto, as três formas de liberdade: política, ética e de conhecimento. Efetivamente, atinge-se aqui aquilo que Parent (1997) chamou lindamente de uma “parcialidade crítica”: pois, olhando a partir do interior do grupo, é preciso permanecer aberto e autocrítico face aos conteúdos que se prejulgam ou que se elaboram como conhecimento e como solução prática, salvo a simpatia fundamental. Encontra-se aí, articulado ao polo da proximidade, o elemento frio de Simmel, concebido como um espaço de autonomia no pertencimento, como alteridade na unidade fundamental. Além disso, do mesmo modo como para Simmel a estrangeirice não era ontológica (essencial), mas sim, o fruto de uma relação (já que ela existe no pobre-nativo), para as feministas, cada vez mais, o “ponto de origem” também não é essencial, mas sim, relacional: mulheres ou homens podem tomar este ponto (relacional) de origem, que se transforma em ponto de *partida*. Aqui, também, fazer, ou não, parte do grupo desde o início não constitui uma característica fundamental: seja vindo de fora (no âmbito de uma relação homem-mulher), ou, ao contrário, do interior (por sua inserção histórico-social como mulher), é preciso conservar a relação e a capacidade crítica de mobilidade.

Vê-se que a contribuição feminista modifica a imagem e adota o outro polo de articulação, mas não se dissocia radicalmente da concepção de Simmel sobre o processo de objetivação como incluindo margens de liberdade e momentos internos de demarcação. Conclui-se globalmente que não se tem necessidade de defender a estrangeirice ou a neutralidade para produzir bom conhecimento; pode-se também se basear na proximidade ou proclamar a parcialidade. Mas, tanto em um caso como no outro, nenhum desses polos se basta por si mesmo, pois, nesta hipótese, como o observa Simmel (1908: 56), “nós estaríamos inteiramente fora da relação, seja ela subjetiva ou objetiva”. Para que a relação exista e seja positiva, é preciso se deslocar para o outro polo, sem o que, paradoxalmente, não se é nem verdadeiramente estrangeiro (no sentido dado por Simmel), nem verdadeiramente simpatizante (no sentido feminista).

No plano metodológico, essa estratégia levou à recomendação de tentar adotar, em diferentes momentos e por não importar qual meio, um procedimento de *vai e vem* entre o ponto de vista interno e o ponto de vista externo, ou ainda, um procedimento que introduz o elemento frio. Foucault (1984: 574) recomendava também, relativamente aos sistemas de pensamento, procurar uma “atitude-limite”, “fugir à alternativa do de fora e do de dentro”, pois “é preciso se situar ‘nas fronteiras’”. Vê-se também que o pensamento científico e a prenoção não poderiam ser considerados como completamente opostos um ao outro: eles estão em relação. A figura 2 ilustra o modelo proposto.

FIGURA 2  
Para uma concepção geral da metodologia nas ciências sociais



### Conclusão: alguns esclarecimentos sobre a pesquisa qualitativa

Sabendo como os métodos de pesquisa formam uma parte extremamente diversificada e variável da história das ciências, delimitar e caracterizar globalmente o que se denomina "pesquisa qualitativa" parece, em si, uma tarefa paradoxal e destinada, desde o início, ao fracasso. Efetivamente, pode-se dizer, nesse sentido, o que Tonnelat (1971) escreveu sobre a história do princípio de relatividade: a própria noção de pesquisa qualitativa "parece, a cada vez, ligada mais ao que a sucede, do que ao que a precede". Bernier (1993: 31) vê nesta imprecisão do termo alguma coisa que "nos serve mais do que [ele] nos merece".

Não é, portanto, surpreendente constatar que o pesquisador qualitativo esteja geralmente perdido, tentando caracterizar de maneira global a abordagem à qual ele próprio aderiu. Vítima da rapidez com a qual as coisas evoluem, ou da miopia provocada por sua própria investidura epistemológica e disciplinar, e, ainda, instalado numa posição defensiva quanto aos preconceitos positivistas, ele transmitiu, em inúmeras ocasiões, uma caracterização parcial da pesquisa qualitativa em seu conjunto. E ele o fez, porque ele foi tanto mais levado a fazê-lo quanto certos pesquisadores quantitativos veiculavam uma caracterização estereotipada dessa prática de pesquisa. Por essas razões, convém fazer um breve esclarecimento quanto a algumas teses defendidas a propósito da pesquisa qualitativa.

A tarefa consiste em encontrar o modo menos errado e menos "fechado" de designar o que ela é. O absurdo do exercício se torna evidente, quando nos perguntarmos por que não se tenta caracterizar também a pesquisa quantitativa. Em relação a esta, parece que nos satisfazemos com um conceito vulgar de "quantitativo" ou de "números", e também com uma representação aberta e imprecisa do que ela é. Os números vão por si; já as letras exigem uma caracterização e uma justificação. E, no entanto, se empreendêssemos o mesmo tipo de procedimento em relação ao quantitativo, rapidamente nos daríamos conta de que os problemas de caracterização são rigorosamente da mesma ordem. Seja como for, e a fim de evitar qualquer fechamento excessivo do campo do qualitativo, eu escolhi propor progressivamente uma representação desta prática de pesquisa pela negatividade, isto é, pela desconstrução de um certo número de enunciados incorretos ou muito "fechados".

Direi, inicialmente, que tenho, como outros, uma concepção geral da metodologia em ciências sociais (PIRES, 1985). Nessa perspectiva, é falso afirmar que exista uma *metodologia* qualitativa ou quantitativa: não há senão *pesquisas* qualitativas ou quantitativas (ou as duas, simultaneamente). A metodologia é uma só, e as grandes questões de ordem metodológica concernem tanto às pesquisas quantitativas, quanto às pesquisas qualitativas (PIRES, 1985). Certamente, uma série de questões e de estratégias precisas se aplica a tal ou qual técnica de observação empírica, forma de amostragem, ou modalidade de tratamento dos dados, etc., mas isso não permite propriamente falar em "uma metodologia à parte".

Pela mesma razão, eu não associo a metodologia a um enquadramento teórico particular, mesmo que alguns deles pareçam privilegiar ocasionalmente certas escolhas metodológicas (usualmente mais dirigidas para a construção teórica, do que para a observação empírica propriamente dita). Assim, há uma metodologia especificamente *marxista, funcionalista, feminista, interacionista*, etc., se nós por aí nos referimos às grandes questões da relação entre as teorias, as técnicas de observação empírica e os dados. Harding (1986) mostrou, por exemplo, que o feminismo adota diferentes perspectivas epistemológicas e privilegia, conforme o caso, diferentes técnicas de observação empírica que são, por outro lado, as mesmas que nas outras perspectivas teóricas. Isso não significa que o feminismo não deu *contribuições* à metodologia nas ciências sociais. E pode-se dizer o mesmo em relação ao marxismo, ao interacionismo<sup>19</sup>, etc. Evidentemente, pode-se falar legitimamente em metodologia marxista, etc., dando-se, porém, a este termo um sentido diferente. Para mim, o termo metodologia designa uma reflexão *trans-teórica* e *trans-disciplinar* da prática de pesquisa.

A primeira questão reside, portanto, em saber se a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada por uma posição epistemológica única. Em resumo, ela é *necessariamente* construtivista, ou ela é *necessariamente* subjetivista? Quando se coloca a questão deste modo, deixa-se subentender que toda pesquisa quantitativa é, inversamente, positivista, realista ou objetivista. Para além da dificuldade de definir de modo operacional esses termos, advinha-se, imediatamente, que a resposta seja negativa, pois se podem encontrar, sem nenhuma dificuldade, nos dois tipos de pesquisa, especialistas aderindo a diferentes opções epistemológicas: pode-se ser construtivista, no quantitativo, e realista, no qualitativo. Também é possível não se identificar nem com uma nem com outra dessas abordagens. É que as técnicas de observação empírica e a natureza dos dados (qualitativos ou quantitativos) têm uma autonomia relativa quanto aos diferentes enquadramentos epistemológicos e teóricos: elas são mais *flexíveis epistemologicamente* do que se o reconhece em geral (PIRES, 1985: 68).

Certamente, algumas perspectivas epistemológicas valorizaram particularmente um ou outro dos tipos de dados, o que levou pesquisadores a associarem, sem razão, a exploração destes dados à axiomática epistemológica em questão: os números foram assimilados ao realismo e as letras, ao construtivismo. Mesmo o fato de dar conta do ponto de vista dos atores não é suficiente para caracterizar a pesquisa inteira como “construtivista”: tudo depende de *como* se dá conta desse ponto de vista, bem como do estatuto epistemológico que se atribui aos resultados.

Mas, é possível caracterizar a pesquisa qualitativa pelo emprego de uma técnica particular de coleta dos dados? Ainda aqui, a resposta é negativa. Podemos fazer

19. Há pesquisas interacionistas quantitativas, como as da Escola do Iowa (MELTZER; PETRAS; REYNOLDS, 1975), ou a pesquisa canadense de Hogart (1971).

observações diretas, entrevistas e análises de documentos, e traduzir todos os nossos resultados em termos quantitativos. A sondagem por questionário é, usualmente, uma técnica adaptada à pesquisa quantitativa, embora uma entrevista muito estruturada não se distinga essencialmente do questionário e possa ser utilizada numa investigação qualitativa. Se a técnica de coleta dos dados não caracteriza nem o quantitativo, nem o qualitativo, não é preciso por isso supor que estes dois tipos de pesquisa sejam *intercambiáveis*. Cada forma (quantitativa ou qualitativa) de medida ou de materiais empíricos possui *limites teóricos (para além de seus limites práticos) relativamente aos diferentes aspectos dos diferentes objetos*, e isso mesmo que jamais se saiba determinar de antemão as fronteiras precisas de um tipo de material ou do tratamento quantitativo ou qualitativo dos dados, nem seu campo de possibilidades. Contudo, é preciso estar consciente do fato de que esses movimentos de expansão e de progresso *não ocorrem no sentido de uma substituição de um tipo de material ou de medida por outro*. Uma determinada leitura da história das ciências da natureza deixou acreditar que o avanço do conhecimento implicaria a substituição das letras pelos números. De igual modo, a redescoberta do valor científico da “palavra”, nos anos 1970, levou alguns a anunciarem, no calor do entusiasmo, o “fim dos números” nas ciências sociais. Ora, não há nenhum indício sério de desaparecimento próximo de uma ou de outra parte. E se tal fosse o caso, seria preciso interpretar isso como uma perda para todo mundo, e não como um sinal de progresso. Vale mais, portanto, ver os campos de aplicação e a pertinência das letras e dos números, não como *absolutamente ilimitados* e intercambiáveis teoricamente, mas sim, como *infinitamente limitados* e apenas ocasionalmente capazes de se envolver parcialmente um no outro (PIRES, 1987: 88-95).

Pode-se, então, caracterizar o qualitativo (ou o quantitativo) exclusivamente pela finalidade da pesquisa? Por exemplo, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa serve apenas para descrever ou explorar certos aspectos da realidade, mas que ela é incapaz de explicar ou de fornecer provas empíricas como unicamente as pesquisas quantitativas podem fazê-lo? É contra esse preconceito científico que os pesquisadores qualitativos tiveram de se debater desde a retomada das discussões sobre o qualitativo e o quantitativo, nos anos 1960. O que conta não é o tipo de dados que se utiliza, mas como se constrói a pesquisa: as pesquisas “bem construídas” (Bourdieu) têm uma vida longa ou contribuem para fazer avançar nossos conhecimentos; as outras, quantitativas ou qualitativas, acrescentam, preferencialmente, obstáculos a um melhor modo de ver ou de intervir. Tanto as pesquisas quantitativas quanto as pesquisas qualitativas estão abertas aos diferentes objetivos do pesquisador e podem participar plenamente desta finalidade de “desenvolver um conhecimento secular do real válido empiricamente, de qualquer maneira” (COM. GULB., 1996: 8); umas como as outras permitem descrever, compreender, explicar ou avaliar; pode-se realizar pesquisas exploratórias do tipo “pré-pesquisas”, ou pesquisas autônomas, etc.

Enfim, sob um certo ângulo, a pesquisa qualitativa como tal só se caracteriza tão simplesmente pelo fato de se constituir fundamentalmente a partir de um material empírico qualitativo, isto é, não tratado sob a forma de números; enquanto a pesquisa quantitativa faz o inverso. Todas as tentativas para definir essas práticas de pesquisa para além dessa forma elementar chegaram necessariamente a associá-las às preferências pessoais do pesquisador, ou à corrente teórica que ele privilegia. Denzin e Lincoln propuseram, recentemente, a seguinte definição: "A pesquisa qualitativa enfatiza uma multiplicidade de métodos, implicando uma abordagem interpretativa ou naturalista, em relação ao seu objeto de estudo. Isto significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seu contexto natural, tentando atribuir um sentido ou interpretar o fenômeno, segundo as significações que as pessoas lhes dão" (DENZIN & LINCOLN, 1994: 2). Salta aos olhos que essa definição seja incorreta de um ponto de vista descritivo e que ela não faça senão indicar as preferências da Escola de Chicago pela observação participante, a perspectiva "naturalista", e uma estratégia de análise que privilegia ou se limita ao "olhar do interior". As pesquisas puramente documentais (históricas ou outras) são excluídas sob duas alegações: elas não são "multimétodos", e não se realizam no contexto natural dos atores. São também possivelmente excluídas as inúmeras pesquisas qualitativas orientadas (fundamentalmente, senão exclusivamente) pelas entrevistas ou pelas histórias de vida, etc.

Dito isso, é possível enfatizar algumas tendências na prática da pesquisa qualitativa, e, mesmo, algumas características abstratas globais dessas pesquisas. É verdade que é preciso ter em mente que essas tendências de pesquisa podem se modificar ao longo dos anos e conforme as disciplinas; como também que as características globais não têm o objetivo de nos permitir *identificar empiricamente* uma pesquisa qualitativa, e nem distingui-la, em termos absolutos, de uma pesquisa quantitativa, mas pura e simplesmente *orientar*, nessa questão, o pesquisador nada, ou menos, familiarizado com esse tipo de pesquisa.

Pode-se, então, provavelmente dizer que a pesquisa qualitativa se caracteriza, em geral: a) por sua flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, inclusive no que se refere à construção progressiva do próprio objeto da investigação; b) por sua capacidade de se ocupar de objetos complexos, como as instituições sociais, os grupos estáveis, ou ainda, de objetos ocultos, furtivos, difíceis de apreender ou perdidos no passado; c) por sua capacidade de englobar dados heterogêneos, ou, como o sugeriram Denzin e Lincoln (1994: 2), de combinar diferentes técnicas de coleta dos dados; d) por sua capacidade de descrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social concernentemente à cultura e à experiência vivida, justamente devido à sua capacidade de permitir ao pesquisador dar conta (de um modo ou de outro) do ponto de vista do interior, ou de baixo; e) finalmente, por sua abertura para o mundo empírico, a qual se expressa, geralmente, por uma valorização da exploração indutiva do campo de observação, bem como por sua abertura para a descoberta de "fatos inconvenientes" (Weber), ou de

"casos negativos". Ela tende a valorizar a criatividade e a solução de problemas teóricos propostos pelos fatos inconvenientes.

## Referências

- ARON, R. (1967). *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard.
- BACHELARD, G. (1949). *Le rationalisme appliqué*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_ (1938). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.
- \_\_\_\_\_ (1934). *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF.
- BECKER, H.S. (1967). "Whose Side Are We On?" *Social Problems*, vol. 14, p. 239-248.
- BERNIER, L. (1993). "Recherche qualitative: respect méthodologique de l'auteur, respect éthique de l'informateur". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 31-40.
- BLACKBURN, P. (1992). *Connaissance et argumentation*. Ottawa: Renouveau Pédagogique.
- BLANKEVOORT, V.; LANDREVILLE, P.; PIRES, A.P. (1979). "Les coûts sociaux du système pénal: notes méthodologiques". *Crime et/and Justice*, vol. 7-8, n. 3-4, p. 180-189.
- BLUMER, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall.
- BOUDON, R. (1986). *L'idéologie*. Paris: Fayard.
- BOURDIEU, P. (1982). *Leçon sur la leçon*. Paris: Minuit.
- BRION, F. (1995). *Contrôle de l'immigration, crime et discrimination*. Louvain-La-Neuve: Escola de Criminologia/Universidade Católica de Louvain [Tese de doutorado].
- CAIN, M. (1990). Realist Philosophy and Standpoint Epistemologies or Feminist Criminology as a Successor Science. In: GELSTHORPE, L. & MORRIS, A. (orgs.). *Feminist Perspectives in Criminology*. Milton Keynes: Open University Press.
- CANGUILHEM, G. (1988). *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin.
- \_\_\_\_\_ (1957). Sur une épistémologie concordataire. In: BOULIGAND, G. et al. *Hommage à Gaston Bachelard – Études de philosophie et d'histoire des sciences*. Paris: PUF.
- CARDOSO, M.L. (1971). "O mito do método". *Cadernos da PUC*, vol. 7, p. 1-40.
- COMMISSION GULBENKIAN (Comissão Gulbenkian) (1996). *Ouvrir les sciences sociales*. Paris: Descartes et Cie.

- COMTE, A. (1839). *Leçons de sociologie*. Paris: Flammarion.
- COOLEY, C.H. (1928). "Case Study of Small Institutions as a Method of Research". *Publications of the American Sociological Society*, vol. 22, p. 123-132.
- DEMO, P. (1981). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- DENZIN, N.K. (1970). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Chicago: Aldine.
- DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (1994). Introduction: Entering the Field of Qualitative Research. In: DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (orgs.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks (California): Sage.
- DURKHEIM, É. (1909). Sociologie et sciences sociales. In: DURKHEIM, É. *La science sociale et l'action*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_ (1900). La sociologie en France au XIX<sup>e</sup> siècle. In: DURKHEIM, É. *La science sociale et l'action*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_ (1895). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Flammarion.
- \_\_\_\_\_ (1888). Cours de science sociale. In: DURKHEIM, É. *La science sociale et l'action*. Paris, PUF.
- ECO, U. (1990). *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset.
- \_\_\_\_\_ (1985). *La guerre du faux*. Paris: Grasset.
- FERRAROTTI, F. (1981). *Histoire et histoires de vie*. Paris: Méridiens.
- FEYERABEND, P. (1975). *Contre la méthode*. Paris: Seuil.
- FOUCAULT, M. (1984). Qu'est-ce que les Lumières?. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Vol. IV : 1980-1984. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_ (1973). *Ceci n'est pas une pipe*. Paris: Fata Morgana.
- FOUREZ, G. (1988). *La construction des sciences*. Bruxelles: De Boeck.
- GOODE, E. & BEN-YEHUDA, N. (1994). *Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. Cambridge: Blackwell.
- GOULDNER, A.W. (1968). "The Sociologist as Partisan: Sociology and Welfare State". *American Sociologist*, vol. 3, p. 103-116.
- GRANGER, G.-G. (1993). *La science et les sciences*. Paris: PUF.
- GRATTON, F. (1996). *Les suicides d'être de jeunes Québécois*. Québec: Presses de L'Université du Québec.
- HARDING, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Nova York: Cornell University Press.

\_\_\_\_\_ (1987). *Feminism and Methodology. Social Science Issues*. Milton Keynes: Open University Press.

- \_\_\_\_\_ (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- HOGART, J. (1971). *Sentencing as a Human Process*. Toronto: University of Toronto Press.
- HOULE, G. (1986). Histoire et récits de vie: la redécouverte obligée du sens commun. In: DESMARAIS, D. & GRELL, P. (orgs.). *Les récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*. Montreal: Saint-Martin.
- \_\_\_\_\_ (1982). "Présentation: La sociologie: une question de méthode". *Sociologie et sociétés*, vol. 14, n. 1, p. 3-6.
- HOULE, G., & RAMOGNINO, N. (1993). "Présentation: la construction des données". *Sociologie et Sociétés*, vol. 25, n. 2, p. 5-9.
- HYPPOLITE, J. (1946). *Genèse et structure de la "Phénoménologie de l'esprit"*. Paris: Aubier.
- JUTEAU, D. (1981). "Visions partielles, visions partiales: visions (des) minoritaires en sociologie". *Sociologie et Sociétés*, vol. 13, n. 2, p. 33-47.
- KNORR-CETINA, K. (1989). "Spielarten des Konstruktivismus". *Soziale Welt*, vol. 40, n. 1-2, p. 86-96.
- LACAN, J. (1961). Le séminaire sur 'La lettre volée. In: LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, p. 11-41.
- LENOIR, R. (1989). Objet sociologique et problème social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLIE, D.; PINTO, L. (orgs.). *Initiation à la pratique sociologique*. Paris: Dunod.
- MAHEU, L. (1983). "Les mouvements de base et la lutte contre l'appropriation étatique du tissu social". *Sociologie et Sociétés*, vol. 15, n. 1, p. 77-92.
- MELTZER, B.N.; PETRAS, J.W.; REYNOLDS, L.T. (1975). *Symbolic Interactionism – Genesis, Varieties and Criticism*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- MILLER, R.W. (1983). Fact and Method in the Social Sciences. In: BOYD, R.; GASPER, P.; TROUT, J.D. (orgs.). *The Philosophy of Science* (1991). Cambridge (Mass.): MIT Press.
- MOLES, A.A. (1990). *Les sciences de l'imprécis*. Paris: Seuil.
- MORIN, E. (1969). *La rumeur d'Orléans*. Paris: Seuil.
- PARENT, C. (1997). *Les féminismes et la criminologie*. Bruxelles/Montreal/Ottawa: De Boeck/Presses de l'Université de Montréal/ Presses de l'Université d'Ottawa.
- PIRES, A.P. (1993a). "La criminologie et ses objets paradoxaux – Réflexions épistémologiques sur un nouveau paradigme". *Déviance et Société*, vol. 17, n. 2, p. 129-161.

\_\_\_\_\_ (1993b). "Recentrer l'analyse causale? Visages de la causalité en sciences sociales et en recherche qualitative". *Sociologie et Sociétés*, vol. 25, n. 2, p. 191-209.

\_\_\_\_\_ (1985). "Le 'sens du problème' et le 'sens de l'approche': pour une nouvelle conception du travail méthodologique". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 13, 1995, p. 55-78.

\_\_\_\_\_ (1982). "La méthodologie qualitative en Amérique du Nord: un débat manqué (1918-1960)". *Sociologie et Sociétés*, vol. 14, n. 1, p. 15-29.

RAMOGNINO, N. (1992). "L'observation, un résumé de la 'réalité': de quelques problèmes épistémologiques du recueil et du traitement des données". *Current Sociology*, vol. 40, n. 1, p. 55-75.

RORTY, R. (1994). *Objectivisme, relativisme et vérité*. Paris: PUF.

SANTOS, B.S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.

\_\_\_\_\_ (1987). "Law: A Map of Misreading. Toward a Postmodern Conception of Law". *Journal of Law and Society*, vol. 14, n. 3, p. 279-302.

SCHUR, E.M. (1984). *Labeling Women Deviant – Gender, Stigma and Social Control*. Nova York: Random House.

SCHUTZ, A. (1987). *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Méridiens Klincksieck.

SEARLE, J.R. (1969). *Les actes de langage* (1972). Paris: Hermann.

SELLIN, T. (1938). *Culture Conflict and Crime*. Nova York: Social Science Research Council.

SHAW, C.R. & MCKAY, H.D. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press.

SIMMEL, G. (1908). Digressions sur l'étranger. In: GRAFMEYER, Y. & JO-SEPH, I. (orgs.). *L'école de Chicago – Naissance de l'écologie urbaine* (1979). Paris, Seuil (1979).

STENGERS, I. (1995). *L'invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion.

THOMAS, W.I. & ZNANIECKI, F. (1918-1920). *The Polish Peasant in Europe and America* (1958). Nova York: Dover Publications.

TWENHÖFEL, R. (1986). "Interesse und Forschung – Der Beitrag Alfred Schütz zur qualitativen Methodologie: Bedeutung, Grenzen und eine Kritik aus der Sicht Max Weber". *Revue Suisse de Sociologie*, vol. 12, n. 3, p. 373-396.

VEYNE, P. (1971). *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil.

WACQUANT, L.J.D. (1992). Présentation. In: BOURDIEU, P. *Réponses – Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil.

WEBER, M. (1922). Science as a Vocation. In: GERTH, H.H. & MILLS, C.W. (orgs.). *From Max Weber: Essays in Sociology* (1958). Nova York: Galaxy Book.

## Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social

Lionel-Henri Groulx

Quem quer que se interrogue sobre a contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social enfrenta o problema da definição de cada um dos termos da inter-rogação. A pesquisa qualitativa remete aqui a um espaço de práticas relativamente diversificadas e múltiplas. É por isso que foram consideradas, neste artigo, as pesquisas e as análises que se definiam, elas mesmas, como qualitativas, seja quanto a dados, como quanto a métodos de coleta, a delineamentos estabelecidos, ou a interpretações produzidas. No que diz respeito à pesquisa social, nós nos referimos a uma definição restrita, ou seja, as pesquisas voltadas para o estudo dos problemas sociais e das práticas profissionais e institucionais para resolver esses problemas. A pesquisa social visa, neste caso, tanto reconhecer os problemas e suas causas, como propor soluções ou estratégias de intervenção para resolvê-los.

O cruzamento entre uma definição ampla da pesquisa qualitativa e uma definição restrita da pesquisa social revela que o questionamento sobre a contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social é relativamente recente na literatura, determinando a necessidade de um trabalho de reconstrução para identificar debates e situar questões.

A contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social só se tornou possível, ao que parece, devido a transformações que atingiram uma e outra. Deve-se dizer que, por muito tempo, elas constituíram práticas relegadas aos seus campos respectivos. Cada qual era definida como auxiliar ou marginal, inserindo-se em relações geralmente conflitantes com outras práticas consideradas como dominantes e mais legítimas; é assim que a pesquisa qualitativa se opunha à pesquisa quantitativa e, por sua vez, a pesquisa social à pesquisa fundamental. Tentou-se, então, corrigir esse "preconceito desfavorável", essa situação periférica com os quais se defrontavam a pesquisa qualitativa e a pesquisa social, e cada uma seguiu caminhos diferentes que podem ser qualificados de cruzados, para adquirir uma legitimidade pela reapropriação do campo que marginalizava a outra. A pesquisa qualitativa reivindicou e conquistou "uma autoridade" na esfera da pesquisa fundamental, no trabalho de elaboração teórica ou conceitual, particularmente no âmbito da teorização enraizada (*grounded theory*), ou do interacionismo simbólico, de tal forma